



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo

POLITICAS DE INCENTIVO AO COMERCIO EXTERIOR

*Audiência pública realizada no dia 10
de outubro de 2001, com o objetivo de
apresentar as propostas de incentivo à
exportação do Ministro do Desenvolvi-
mento, Indústria e Comércio.*

**Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
BRASÍLIA - 2002**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: *Afrísio Vieira Lima Filho*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretora: *Suelena Pinto Bandeira*

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: *Nelda Mendonça Raulino*

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: *Silvio Avelino da Silva*

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – CEDI

Coordenação de Publicações – CODEP

Anexo II, térreo

Praça dos Três Poderes

70160-900 - Brasília (DF)

Telefone: (61) 318-6865; fax: (61) 318-2190

publicacoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE Ação parlamentar n. 209

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo.

Políticas de incentivo ao comércio exterior. – Brasília: Câmara do Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

72 p. : il. - (Série ação parlamentar ; n. 209)

Audiência pública realizada no dia 10 de outubro de 2001, como o objetivo de apresentar as propostas de incentivo à exportação do Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

ISBN 15-7365-254-3

1. Exportação, Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 339.564(81)

ISBN 15-7365-254-3

SUMÁRIO

	Pág.
Audiência pública sobre políticas de incentivo ao comércio exterior	5
Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo.....	7
Expositor:	
Ministro Sergio Amaral.....	14
Participantes:	
Deputado Marcos Cintra	29
Deputado Gerson Gabrielli	31
Deputado Ricardo Ferraço	36
Deputado Almeida de Jesus	39
Deputado Osório Adriano	41
Deputado Emerson Kapaz	43
Deputado Jurandil Juarez	54
Deputado Alex Canziani	56
Deputado Augusto Nardes	59
Deputado Luiz Carlos Hauly	61
Deputado Osmar Terra	63

Audiência pública sobre políticas de incentivo ao comércio exterior

Coordenadores: Deputado **MARCOS CINTRA** (PFL/SP)
 Deputado **ALEX CANZIANI** (PSDB/PR)

Expositor: Ministro Sérgio Amaral

Participantes:

Deputado Marcos Cintra
Deputado Gerson Gabrielli
Deputado Ricardo Ferraço
Deputado Almeida de Jesus
Deputado Osório Adriano
Deputado Emerson Kapaz
Deputado Jurandil Juarez
Deputado Alex Canziani
Deputado Augusto Nardes
Deputado Luiz Carlos Haully
Deputado Osmar Terra

Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo

Mesa da Comissão

Presidente: Deputado MARCOS CINTRA (PFL/SP)

Vice-Presidentes: Deputado GERSON GABRIELLI (PFL/BA)
Deputado JAQUES WAGNER (PT/BA)
Deputado SÉRGIO BARROS (PSDB/AC)

Membros da Comissão:

Deputado ALEX CANZIANI	PSDB/PR
Deputado ALMEIDA DE JESUS	PL/CE
Deputado ALOIZIO MERCADANTE	PT/SP
Deputado ANTÔNIO DO VALLE	PMDB/MG
Deputado ARMANDO MONTEIRO	PMDB/PE
Deputado AROLDE DE OLIVEIRA	PFL/RJ
Deputado ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB/AM
Deputado AUGUSTO NARDES	PPB/RS
Deputado BADU PICANÇO	PSDB/ AP
Deputado CARLITO MERSS	PT/SC
Deputado CHICO SARDELLI	PFL/SP
Deputado DELFIM NETTO	PPB/SP
Deputado DIVALOO SURUAGY	PST/AL
Deputado EDISON ANDRINO	PMDB/SC
Deputada ELCIONE BARBALHO	PMDB/PA
Deputado EMERSON KAPAZ	PPS/SP
Deputado ENIO BACCI	PDT/RS
Deputado FRANCISCO GARCIA	PFL/AM
Deputado GERSON GABRIELLI	PFL/BA
Deputado GIV ALOO CARIMBÃO	PSB/AL
Deputado HERCULANO ANGHINETTI	PPB/MG
Deputado JAIRO CARNEIRO	PFL/BA
Deputado JAQUES WAGNER	PT/BA
Deputado JOÃO PIZZOLATTI	PPB/SC
Deputado JOÃO SAMPAIO	PDT/RJ

Deputado JURANDIL JUAREZ	PMDB/AP
Deputado LÉO ALCÂNTARA	PSDB/CE
Deputada LÍDIA QUINAN	PSDB/GO
Deputado LUIZ FERNANDO	PPB/AM
Deputado MÁRCIO FORTES	PSDB/RJ
Deputado MARCOS CINTRA	PFL/SP
Deputada MARIA ABADIA	PSDB/DF
Deputada MARISA SERRANO	PSDB/MS
Deputado MÚCIO SÁ	PTB/RN
Deputada NAIR XAVIER LOBO	PMDB/GO
Deputado NELSON PROENÇA	PMDB/RS
Deputado OSÓRIO ADRIANO	PFL/DF
Deputado PAULO OCTÁVIO	PFL/DF
Deputado RICARDO BERZOINI	PT/SP
Deputado RICARDO FERRAÇO	PSDB/ES
Deputado RICARDO FIUZA	PPB/PE
Deputado RONALDO VASCONCELLOS	PL/MG
Deputado RUBEM MEDINA	PFL/RJ
Deputado RUBENS BUENO	PPS/PR
Deputado SÉRGIO BARROS	PSDB/ AC
Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT/MG
Deputado WALDEMIR MOKA	PMDB/MS
Deputada VEDA CRUSIUS	PSDB/RS
Deputada ZILA BEZERRA	PTB/ AC

APRESENTAÇÃO

A Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo realizou, no dia 10 de outubro, a audiência pública "Políticas de Incentivo ao Comércio Exterior" com o objetivo de debater propostas de incentivo à exportação.

Na gestão do atual governo o foco das atenções centrou-se nas propostas de estabilização da moeda, o real. O comércio exterior também foi prioridade mas com ênfase nas importações devido a falta de capacidade do setor produtivo em suprir a elevada demanda, com conseqüente reforço para a política de estabilização da moeda. Isso provocou elevados déficit na Balança Comercial aumentando assim, a vulnerabilidade externa.

A adoção dessa política vem causando um baixo desempenho da economia brasileira no mercado internacional. Dados do próprio governo mostram que o País representa somente 1 % do comércio mundial. Um desempenho mediano para a décima economia do mundo.

O mercado exportador precisa de políticas sérias e não pode crescer em conseqüência do câmbio desvalorizado e/ou da estagnação em que vive a economia brasileira. A obtenção de superávit da Balança Comercial deve ocorrer por meio de crescimento do setor exportador e não devido à queda das importações. É necessário que o País adote uma cultura exportadora, reforme urgentemente o sistema tributário para impedir a exportação de tributos e diminua a taxa de juro básica da economia, para que aumente os investimentos.

Saídas para a crise existem, resta-nos discutir a situação e apontar soluções viáveis é a proposta da presente audiência pública.

Deputado **Marcos Cintra**, Presidente.



Da esquerda para a direita os Senhores Reginaldo Braga Arcuri, Secretário de Desenvolvimento da Produção (MDIC); Ministro Sérgio Amaral; Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Deputado Marcos Cintra, Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo; Deputado Gerson Gabrielli, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo; Lytha Spíndola, Secretária de Comércio Exterior (SECEX/MDIC); Armando Meziat, Diretor do Departamento de Defesa Comercial (DECOMIMDIC); Maria da Glória Rodrigues, Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEXIMnIC).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Declaro abetos os trabalhos da presente audiência pública da Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Hoje, contamos com a honrosa presença do Sr. Ministro Sérgio Amara!, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Quero enfatizar e agradecer ao Ministro. É a primeira vez, depois de sua posse, que comparece a esta Casa. Em nome da Mesa e de todos os parlamentares que compõem a nossa comissão, queremos externar a nossa satisfação, a nossa alegria e, sobretudo, a honra em recebê-lo para esta reunião.

O objetivo dessa audiência é oferecer um espaço para o Sr. Ministro apresentar as propostas de incentivo à exportação que, como todos os senhores sabem, foi o objetivo mais importante assumido pelo Ministro no ato de sua posse.

O evento é uma iniciativa desta Presidência e do Deputado Alex Canziani, um dos subscritores do requerimento para o convite do Sr. Ministro a esta Casa.

Quero esclarecer ao Sr. Ministro e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição, e, por isso, solicito que fale~ todos, ao microfone.

Para melhor condução dos trabalhos, informo que o Sr. Ministro disporá de 30 minutos para a sua exposição, não podendo ser aparteado. Após a exposição, passaremos aos debates. Os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo, estritamente, sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao orador, interpelar qualquer dos presentes.

Dando prosseguimento aos trabalhos, convido para compor a Mesa a Dra. Lytha Spíndola, Secretária de Comércio Exterior, o Dr. Reginaldo Braga Arcuri, Secretário do Desenvolvimento da Produção, Dr. Armando de Mello Meziat, Diretor da SECEX - Secretaria do Comércio Exterior, DECOM - Departamento de Defesa Comercial do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio, a Dra. Maria da Glória Rodrigues, Secretária Executiva da Camex.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, concedo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Sérgio Amaral para as suas considerações.

O SR. MINISTRO SÉRGIO AMARAL - Excelentíssimo Senhor Deputado Marcos Cintra, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Deputado Gerson Gabrielli, Secretários do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio, Sras. e Srs. Deputados, que me honram com a sua presença nesta sessão, é com grande prazer e honra que venho a esta comissão - é a primeira comissão da Câmara de

que participo -, que trata dos assuntos da competência do Ministério de

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para apresentar o meu plano de trabalho naquela pasta, com ênfase particular a um aspecto, pois o ministério é muito amplo. A minha exposição se concentrará num aspecto prioritário, que, a meu ver, corresponde ao centro das atividades do ministério com impacto sobre praticamente todas suas áreas de atuação.

Em primeiro lugar, agradeço a gentileza do convite aprovado pela comissão e de autoria do Presidente, Deputado Marcos Cintra, e do Deputado Alex Canziani.

O comércio exterior volta a ter grande prioridade para o Governo e para o País. Digo volta porque, no início do período que começou com a estabilização da moeda, o real, o comércio exterior também teve prioridade, mas com sinal invertido. Naquele momento, a prioridade era importar, porque a importação significava uma pressão competitiva que faria

os produtos baixarem de valor e, assim, termos êxito na estabilização da moeda. Sete anos depois, o comércio exterior volta a ser uma prioridade, mas com sinal invertido, porque hoje estamos buscando o aumento das exportações. E por quê? Para responder a essa pergunta, precisamos entender um pouco esse grande processo de transformações que estão ocorrendo em âmbito mundial.

Essas transformações, como é sabido, ocorreram, em primeiro lugar, no plano político. Talvez, sejam maiores no plano político do que propriamente no plano econômico. O brutal ataque desferido contra a cidade de Nova Iorque mostra que, depois dos fluxos financeiros, do conhecimento, da tecnologia e da internacionalização do processo produtivo, temos a globalização de conflitos que imaginávamos localizados ou, quando muito, regionais. Mostra ainda que os conceitos de segurança hoje são forçados a passar por uma grande revisão. Quando se falava em Estados Unidos, pensava-se num escudo antimíssil e, hoje, vemos que esse conceito básico da proposta norte-americana de segurança encontra-se frágil para um ataque que vem de dentro, e não via míssil. Esse ataque provocou importantes transformações. Quem imaginaria, há alguns meses, que os Estados Unidos, Cuba, China, Índia, Paquistão, fariam parte de uma mesma coalizão e seriam solidários numa luta contra o terrorismo?

A grande questão que se levanta hoje diz respeito não à retaliação militar, que se sabe virá, já começou e é tida pela comunidade internacional como legítima, mas sobre sua extensão. Se essa represália ficar circunscrita a objetivos militares, é possível que tenha pouca repercussão, seja política, seja econômica. No entanto, se extravasar para um conflito maior com caráter regional e, sobretudo, com caráter político e mais amplo, é possível que agrave tensões regionais, principalmente no Oriente Médio, e, por conseqüência, teria impacto econômico que hoje não se vislumbra.

A grande questão, portanto, é saber se vamos ter uma resposta apenas militar ou ela será mais ampla. Se esse é um fato que gera preocupação, é preciso dizer que um conflito dessa magnitude, ou essa mudança, gera grandes oportunidades. A primeira delas, sem dúvida, seria o fortalecimento do multilateralismo, porque, se dotarmos as Nações Unidas de condições para intervir e prevenir conflitos, certamente será melhor do que a comunidade internacional viver às voltas com conflitos sem solução.

A segunda oportunidade é que hoje, mais do que nunca, há uma rodada de negociações multilaterais patrocinadas pela Organização Mundial do Comércio que é fundamental por duas razões. Em primeiro lugar, porque ela é talvez a única notícia positiva que temos a dar aos agentes econômicos, que já vivem sobressaltados pela desaceleração da economia mundial. O segundo aspecto ou dimensão importante das rodadas de comércio é que são talvez a resposta mais eficiente para alguns dos problemas com os quais a comunidade internacional convive, mas para o qual não tem resposta, que é a questão de uma desigualdade entre as economias com a crescente presença da pobreza em um número muito grande de nações. Uma rodada do desenvolvimento, como foi chamada, certamente seria positiva para criar mais oportunidades para que os produtores em países pobres vendam para consumidores em países ricos, em benefício de ambos.

Contudo, não são apenas as oportunidades para o reforço do multilateralismo e para a remoção das barreiras de comércio que temos hoje. Na verdade, temos também uma oportunidade para criar uma visão mais eficiente do desenvolvimento pela revisão das instituições de Breton Woods, pelo papel do Fundo Monetário Internacional, pelo papel do Banco Mundial, numa idéia mais clara do que sejam as necessidades do desenvolvimento hoje e também para uma certa disciplina dos fluxos financeiros, que, se têm o lado positivo de trazer recursos, têm o lado preocupante de gerarem instabilidade e, em muitos casos, destruição de riquezas. Isso não seria possível sem alguma disciplina dos fluxos na fronteira, algo semelhante ao que se chamou de *Tobing Tax* ou então um controle efetivo sobre os paraísos fiscais, porque é de lá que vêm os chamados recursos especulativos, em sua grande maioria, e é para lá que se dirige o dinheiro das drogas e de origem ilícita.

A segunda grande mudança que estamos vivendo - e não decorre certamente desse ataque terrorista, mas foi agravado por ele - é a desaceleração da economia mundial. Ela se inicia nos Estados Unidos com uma perda no valor dos ativos igual a 7,5 trilhões de dólares. Ou seja, a perda de valor dos ativos nos Estados Unidos nos últimos 18 meses é igual a % do produto norte-americano. Uma perda de valor, que significa perda de riqueza desta magnitude não poderia deixar de produzir, como produziu, conseqüências para toda a economia mundial, como a redução das taxas de crescimento, que praticamente, em média, caíram pela metade para 2001, se comparadas com as taxas de crescimento que se esperava no início do ano.

A grande questão que se coloca, portanto, em primeiro lugar, é saber quanto tempo esse período de baixo crescimento vai durar, o que depende de resposta a duas perguntas: quando vai retomar a confiança do consumidor e a confiança do investidor?

As estimativas para este ano, como mencionei, são de que a economia mundial deve crescer 2,6% este ano e 3,5% no ano que vem. Como conseqüência, as estimativas para o crescimento do comércio mundial caíram de 7% para 2%.

Queda igual comparável ocorreu com os investimentos estrangeiros diretos. A queda é geral: dos fluxos de financiamento dos investimentos em carteira, em bolsas, e dos investimentos diretos. No caso dos investimentos diretos, nota-se, além da sua queda, a sua concentração. No ano passado, os investimentos diretos cresceram 18% e chegaram a 1 trilhão e 300 milhões de dólares. Os países desenvolvidos receberam 3/4 desses investimentos; a África recebeu menos de 1 %; o Brasil recebeu 34 bilhões, ou seja, 2,5% dos investimentos diretos mundiais. Isso quer dizer que o Brasil sozinho recebeu duas vezes e meia os recursos que todo o continente africano recebeu. Isso é um sinal gritante das desigualdades que existem em nível mundial e da seriedade da questão da pobreza em alguns continentes, como é o caso do continente africano. Mostra, ao mesmo tempo, a posição relativamente privilegiada em que o Brasil se encontra no rol dos países em desenvolvimento.

Uma retração da economia mundial dessa magnitude não poderia deixar de afetar todos os países, inclusive o nosso. Em vez de crescermos como esperávamos, 4,5% a 5% este ano, como no ano passado, vamos crescer pouco mais de 2% este ano e, no ano que vem, algo em torno de pouco mais de 3%.

Contudo, apesar de crescermos menos, é importante registrar que estamos mantendo absoluto controle sobre os fundamentos da economia. A inflação ficará dentro da faixa prevista ou perto do limite da faixa prevista, ou seja, 6%, incluídos os 2% de variação adicional. Quanto à meta fiscal de 3,5%, uma meta maior será cumprida. Portanto, o Brasil, a despeito da grande transformação nas expectativas em relação à economia mundial, consegue manter os seus fundamentos, as suas políticas monetária e fiscal absolutamente em ordem.

Tomamos as medidas para nos proteger, com antecipação. Fizemos um acordo com o Fundo Monetário Internacional que nos garante 15 bilhões de dólares adicionais para atender às necessidades de financiamento externo. Elevamos um pouco a taxa de juros, também para evitar o repasse nos preços das pressões do câmbio e aumentamos a nossa austeridade fiscal.

Contudo, as novas realidades exigem novas respostas. Quando tivemos recursos suficientes para financiar o nosso déficit corrente, recebemos em três anos 94 bilhões de dólares. Agora que sabemos que os recursos não serão nem tão abundantes nem tão baratos como já foram no passado, temos de buscar outras respostas, ou seja, reduzir o déficit em conta corrente, em vez de procurar financiá-lo. Isso basicamente explica a prioridade das exportações. A forma de reduzir o déficit corrente é aumentar o saldo comercial e acabar com o déficit que havia. A melhor maneira para aumentar o saldo comercial é via exportações, e não apenas via redução das importações. Portanto, o grande desafio que temos hoje é aumentar substancialmente as nossas exportações.

É verdade que a demanda é menor, mas também é verdade que temos uma desvalorização cambial expressiva, mais de 100% desde o início de 1999, que aumenta substancialmente a nossa competitividade.

Se a demanda em alguns países é menor - como geralmente é -, somos mais competitivos, o que nos habilita a aumentar a fatia brasileira nesses mercados. Em outras palavras, vamos expulsar ou reduzir a participação de alguns dos nossos concorrentes, vamos aproveitar nichos de mercado que não estávamos aproveitando, explorar mercados em crescimento, como é o caso da China - 700/0 de crescimento nos seis primeiros meses do ano, e as nossas exportações até julho atingiram uma cifra impressionante de um bilhão de dólares.

Em 1988, o Brasil teve um saldo comercial de 19 bilhões de dólares. Certamente, hoje, o nosso quadro macroeconômico é muito melhor, porque não temos inflação. Acredito que o nosso sistema tributário e nossa infra-estrutura sejam melhores do que naquela, e o câmbio desvalorizou. Portanto, não há por que não começarmos a produzir saldos comerciais crescentes que indiquem aos agentes econômicos que estamos construindo um novo caminho que reduz a nossa vulnerabilidade externa que está em déficit, em conta corrente elevada.

o Brasil, nesses últimos anos, fez muito para aumentar a produtividade da sua economia. Esse foi um trabalho sério de ajustamento do setor privado. Aumentamos a nossa competitividade em vários mercados, tomamos medidas para desonerar a exportação e abrir novos meios de financiamento. Mas se quisermos - e queremos e podemos -, aumentar substancialmente as exportações, temos quatro desafios básicos. Primeiro, remover as barreiras às exportações dos nossos produtos, porque qualquer produto brasileiro que comece a expandir sua penetração em mercados estrangeiros, sobretudo nos países desenvolvidos, enfrenta algum tipo de barreira. Precisamos reduzir os custos para produzir; precisamos praticar uma política industrial ativa, moderna, para o século XXI; e também promover uma agressiva política de produção das exportações.

Agora gostaria de mencionar rapidamente cada uma dessas linhas de ação. Em primeiro lugar, precisamos abrir mercados para exportar mais e melhor - e melhor quer dizer produtos com maior valor agregado. Enquanto as tarifas industriais, nos últimos 50 anos, caíram de 40% para 4%, as tarifas agrícolas, nos últimos 50 anos, em média, permaneceram no mesmo patamar de 40%. E os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico gastam hoje um bilhão de dólares por dia nas diferentes formas de subsídio à agricultura.

Precisamos abrir mercados, o que significa mais empregos. Devemos ter condições de exportar produtos de maior valor agregado, o que significa a possibilidade de pagar maiores salários. É por isso que temos de estar presentes em todos os tabuleiros onde está se desenvolvendo um processo negociador de comércio internacional. Na Organização Mundial do Comércio, na Alca, no Mercosul e também com vários países para estabelecer acordos bilaterais de comércio.

Vou citar algumas formas pelas quais existe ou se manifesta o protecionismo nos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos a tarifa média é baixa, de 4% a 5%, mas os produtos brasileiros ou não enfrentam picos tarifários superiores a 50% ou enfrentam um *antidumping* em vários produtos brasileiros ou têm salvaguardadas como a que ameaça neste momento as exportações brasileiras de aço.

A União Européia é talvez mais sutil e sofisticada nas suas formas de protecionismo. Primeiro, pelo volume importante de subsídios que dá a alguns setores, sobretudo à agricultura. Subsídios internos ao produtor, subsídios ao exportador.

Em muitos setores, pratica-se a escalada tarifária. Se o café em grão é importado para União Européia, você tem uma tarifa de 2%. Até recentemente, pagávamos 9% para exportar café solúvel para a União Européia. Por quê? Porque a União Européia, assim como os Estados Unidos, impôs uma tarifa à importação de café de modo a favorecer e a estimular o desenvolvimento de uma indústria nacional nos Estados Unidos e em alguns países da União Européia, como Itália e Alemanha. E essa indústria, hoje, abastece o mercado interno e a tarifa impede o acesso de café solúvel brasileiro, ou impedia até recentemente. Na verdade, o que esses países fizeram foi uma política de substituições de importações pelas quais se transformaram em grandes exportadores de café. O café que vendemos é processado lá. Se não nos prepararmos, em breve vamos estar, todos, consumindo café europeu, como já começa a acontecer, porque esse produto já chega no Brasil processado por uma indústria italiana chamada La Vasa.

Esta é a realidade do comércio internacional. É por isso que devemos ter uma economia competitiva, moderna, de mercado, mas não devemos nos deixar levar por uma ingenuidade, porque quem não pratica uma política de substituição de importações em certos casos ou uma política de apoio ao exportador, corre o risco de não poder conviver com as diferentes formas de protecionismo que adotam os nossos parceiros.

O caso do Japão é diferente. Não se trata tanto de tarifas nem de co- tas, mas dos mais difíceis requisitos fitossanitários que impedem a entrada de nossos produtos agrícolas e agroindustriais no mercado japonês.

Além de precisamos abrir os mercados aos nossos produtos - o que não significa, na maioria dos casos, tarifas, mas superamos e removemos as barreiras não-tarifárias -, temos de reduzir o custo de produção e de exportação. Fizemos grande avanço com a estabilidade da economia, que retirou uma fonte de incerteza e de imprevisibilidade para quem produz e exporta, que era a inflação. Mas isso não é suficiente. Tivemos também grande avanço em impor sob controle nossas contas públicas, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, sem dúvida, foi um ganho para o País. Mas isso não é suficiente. Ainda temos uma carga tributária excessiva sobre o produtor. Estamos tirando a carga tributária sobre o exportador. Em primeiro lugar, a retirada do ICMS na exportação é um passo importante. Mas o que acontece é que na maioria dos casos de desoneração do exportador, se o princípio é correto e a medida é positiva, a sua execução hoje enfrenta dificuldades e são vários os casos de em- presas que não conseguem receber o reembolso do ICMS, porque alguns estados não estão cumprindo com a compensação.

A retirada do PIS/Cofins na exportação foi um passo fundamental, mas até há pouco essa retirada cobria apenas, via crédito presumido, duas etapas do processo produtivo. Só no dia 12 de outubro entrou em vigor o novo procedimento pelo qual, segundo informações que temos, a quase totalidade das etapas produtivas está coberta. Mas vamos precisar verificar se a operacionalização dessa medida atende à necessidade de desoneração do PIS/Cofins da exportação.

Precisamos reduzir o custo de investimento pela melhora da infra-estrutura. A expectativa era de que os portos, depois da privatização, funcionassem melhor. Na verdade, isso não está ocorrendo na extensão em que se esperava, e precisamos ver se os financiamentos são os adequados ou estão funcionando sobretudo para os médios empresários exportadores.

Precisamos ter uma política industrial ativa, uma política para o século XXI, para assegurar a atração dos investidores para produzirem no nosso País. Hoje, o próprio câmbio mostra que é mais favorável comprar um insumo nacional do que um importado.

Precisamos criar condições para atrair investimentos que criem plataformas de exportação, um investimento que venha para produzir produtos que serão exportados. Para isso, precisamos ter uma competitividade global, porque hoje os investidores não são mais atraídos unicamente por fatores nacionais, como território e riquezas naturais e mesmo qualidade da mão-de-obra. Eles são atraídos, sobretudo, pelas condições de custo da atividade produtiva.

Outra forma com a qual já estamos trabalhando é a da (*ininteligível*) de importação competitiva em quatro setores e tem um peso no déficit comercial- petróleo. Temos de aguardar um pouco mais a reestruturação que está em curso na indústria petróleo-petroquímica, o complexo farmacêutico, bens de capital e, sobretudo, o eletroeletrônico, que gerou grandes importações no passado. Temos de estimular, como começamos a fazer, o processo de agregação de valor.

Vou dar um exemplo de livro de comércio internacional, no caso do café.

Acompanhei de perto, como Presidente da Associação dos Países Produtores de Café.

Uma xícara de café em Londres ou em Nova Iorque custa três dólares. Essa é a renda líquida semanal de um produtor de café na Tanzânia.

O produtor, via de regra, dos três dólares, fica com 20% no Brasil, mais 10% na África. Há um grupo de quatro a cinco grandes *trades*, grandes empresas de comercialização de café que capturam 20% a 30% do custo final do café ao consumidor. A indústria processadora fica com mais 20% ou 30% e a distribuição final com 20%. Portanto, o produtor fica com a menor parte, porque vende o café como *commodity* e não um café processado. A única forma de sairmos disso é progressivamente começarmos a transformar nossos produtos de exportação.

Finalmente, gostaria de mencionar uma promoção comercial ativa. E isso só poderemos fazer mediante uma definição de claras prioridades, o que foi projeto lançado na semana passada de mercados e produtos prioritários de exportação que distribuí cerca de dez produtos prioritários, entre eles o turismo, porque tecnicamente turismo é exportação, é uma das exportações com maior condição de obter retomo mais rápido para o País. Estamos trabalhando junto com o Ministério do Turismo para promovermos nossas exportações, nesse caso, turismo, desburocratizarmos o setor.

Esse programa sobre o qual posso falar mais um pouco adiante estabelece os países prioritários, os produtos prioritários e um conjunto de ações prioritárias, algumas delas inteiramente inovadoras, como, por exemplo, estágio de empresários em embaixadas brasileiras, uma série de emissões comerciais, algumas delas chefiadas pelo próprio Presidente da República, participação em feiras e exposições; convites a missões importadoras para visitarem o Brasil; *marketing* e promoção da imagem de qualidade do produto brasileiro, uma ação ativa em relação à remoção das barreiras fitossanitárias.

Se olharmos o conjunto de regras, de mecanismos, de instrumentos para o comércio exterior, chegaremos à conclusão de que no papel tudo existe. Temos três ou quatro linhas de financiamento que cresceram nos últimos anos, temos programa de desoneração tributária, temos uma série de programas para apoiar o exportador, mas, na prática, a história é um pouco diferente, porque nem sempre o exportador consegue reaver ou restituir a contribuição que pagou, nem sempre a linha de financiamento é acessível ao médio empresário, nem sempre as coisas funcionam. Em alguns casos, a burocracia da exportação é desanimadora. Para que um produto saia da fábrica e chegue a um navio é preciso que se pague quatorze taxas e comissões diferentes. Para um pequeno exportador é um custo elevado. Para uma exportação de quatro mil dólares, as taxas e comissões chegam a 250 dólares. Para uma grande exportação, esses 250 dólares podem não significar um custo elevado, mas significam uma irritante burocracia, um retardamento de todo o processo para exportar. Se houver atraso na chegada do produto, há multas pelo não cumprimento dos prazos acordados. Existe enorme burocracia no comércio exterior. Para exportar mandioca com casca é preciso aprovação. Existem dezenas de autorizações para exportar produtos brasileiros, algumas delas dos anos 50, que não encontram mais qualquer razão de ser. Devido a esse conjunto de burocracias, de dificuldades, de custos, de entraves, de logística, o Presidente da República decidiu-se pela criação de um processo expedido: dotar o ministério de poderes executivos, para não só assegurar instrumentos de financiamento, de desoneração, avanços importantes na logística, mas assegurar que todos esses passos e medidas efetivamente funcionem. E foi idéia também a criação de uma Câmara de Gestão no comércio exterior à semelhança do que foi feito na área de energia - decreto que está sendo concluído e que deverá ser assinado em breve pelo Presidente da República -, que trabalhara com algumas áreas prioritárias. Precisamos fazer uma avaliação de instrumentos, créditos de financiamento, desoneração tributária, normas, custo, logística, burocracia, promoção das exportações, programas de agregação do valor e turismo, que hoje também padece de uma série de entraves burocráticos. Houve investimentos em infra-estrutura, em cadeias hoteleiras e parques temáticos, mas quando o turista europeu quer ir para o Caribe a sua viagem dura oito horas; no caso do Brasil, a viagem dura 18 horas, sendo que duas horas, em geral, é o tempo que perde o turista tentando sair do aeroporto.

A implementação desse programa de atividades prioritárias será feita por meio de um procedimento rápido, de poderes executivos para o ministério. Ao mesmo tempo, temos de mobilizar o exportador e o empresário. Lançaremos um portal que indicará, passo a passo, a atividade de exportar, e nele haverá uma janela para que o exportador apresente suas sugestões, suas queixas e nos diga se o Governo anunciou um empréstimo para ele. Mas eu fui à agência do banco da minha cidade e constatei que esse empréstimo não está disponível "- ou se o gerente está querendo cobrar para que esse empréstimo seja liberado. A idéia é que o exportador seja parceiro e fiscal dos diferentes órgãos e organismos que compõem esse complexo do comércio exterior, porque ao fim do mês nós mandaremos uma comunicação aos órgãos dizendo o que não está funcionando ou que não é o que se esperava.

Vamos também ampliar os chamados ENCOMEX (Encontros de Comércio Exterior), dar informação circunstanciada dos diferentes instrumentos que o Governo conta para promover as exportações e, por fim, faremos algumas campanhas orientação e mobilização do exportador.

A exportação é uma atividade complexa, o Governo está buscando a sua parte, o empresário tem um desempenho central. Mas se quisermos produzir saldos comerciais, estou convencido de que o consumidor, neste momento, também tem uma contribuição a dar. As economias no mundo estão desaquecendo, as empresas têm menos mercado para seus produtos e nós temos a oportunidade de, no fim do ano, no Natal, estimular nossas empresas a gerar empregos, manter os empregados. Em outras palavras, em função do câmbio, os produtos brasileiros são muito mais baratos e de boa qualidade. Deveríamos estimular e fazer uma campanha de valorização do produto brasileiro.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que o comércio não é única guerra do século XXI, como vimos recentemente. O objeto dessa guerra não é a conquista de território ou o controle de países, como já foi no passado; não é tão pouco a construção de áreas de influências política e ideológica, como ocorreu na guerra fria. O comércio é uma guerra diferente, que tem por objeto dois bens, igualmente valiosos, no mundo moderno: emprego e salários. Temos de nos preparar para essa guerra, temos de remover, por todos os meios, as barreiras ao acesso dos nossos produtos, porque somos competitivos. Mas, hoje, os produtos primários não têm valor, em parte, por causa do protecionismo. Precisamos também reduzir o custo para produzir e exportar, de forma que passemos a receber, cada vez mais, investimentos para compor uma plataforma de exportação.

Atualmente, comércio exterior não é apenas uma troca, mas investimento com o objetivo de exportar, porque ninguém exporta sem ter no seu planejamento de investimento o objetivo de exportar. Temos de praticar uma política industrial via importação e agregação de valor, assim como todos os países. Alguns fazem melhor, outros pior. Não uma política industrial como tínhamos no passado, uma forma de protecionismo, mas uma política industrial que aproveite as sinalizações e as induções que o mercado já está dando para articular as diferentes ações do Governo. Nós temos de praticar uma promoção agressiva das nossas exportações. Um comércio exterior concebido dessa forma oferece, na verdade, os elementos básicos de uma política de desenvolvimento. Criar condições para investir, para agregar valor para produtividade, para competitividade corresponde a um conjunto de ações.

O Executivo tem um papel central, e é por isso que o Presidente decidiu ter na área de Comércio Exterior um órgão dotado de capacidade executiva. A articulação com o Congresso é fundamental, porque precisamos rever várias partes da nossa legislação que em algumas áreas é antiquada, em outras áreas é complexa, difícil.

Precisamos fazer uma simplificação das normas e regulamentos. Precisamos criar um novo marco regulatório para o exportador, e conto muito com o apoio desta comissão, porque sem a participação ativa, sem o comprometimento dos Srs. Deputados não vamos conseguir desburocratizar as exportações brasileiras.

Precisamos de uma nova parceria com as empresas, para vencermos a batalha da competitividade. Precisamos também trabalhar com vista ao apoio à qualificação e ao treinamento da mão-de-obra brasileira.

Vivemos hoje a economia do conhecimento, onde temos de dotar o trabalhador brasileiro, como temos feito nos últimos anos, de qualificação necessária, para que ele possa ter participação nos estágios mais altos de avanço tecnológico e, por conseguinte, um salário maior. A nossa política de exportação não deve ser a de competir com os países de mão-de-obra barata, porque essa competição significa deprimir os salários. o que queremos é o contrário: elevar o salário do trabalhador brasileiro.

Portanto, como estamos falando em política comercial, estamos falando de uma combinação de política econômica com políticas sociais, saúde e educação. Assim, estaremos falando de uma política de desenvolvimento. Não tenho dúvida de que estamos no caminho certo. Acredito que já fizemos muito, mas também temos muito o que fazer.

Muito obrigado.



Da esquerda para a direita os Senhores Reginaldo Braga Arcuri, de Desenvolvimento da Produção (MDIC); Ministro Sérgio Amara/; Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Deputado Marcos Cintra, Presidente da Comissão de Economia, Indústria, comércio e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Agradeço as palavras ao Ministro Sérgio Amaral

Senhor Ministro, acima de qualquer coisa Vossa Excelência pode contar com o apoio desta comissão. Sempre foi e continuará sendo prioridade dos membros desta comissão o apoio ao comércio exterior e, principalmente, a um dos itens que Vossa Excelência diz ser fundamental: a resolução do problema do balanço de pagamentos, que é o turismo.

Faz parte desta comissão o Deputado Alex Canziani, Presidente da Subcomissão de Turismo, que tem sido uma das atuantes e que tem contribuído imensamente para a proposição de soluções para este problema no Brasil.

As palavras que Vossa Excelência profere nesta comissão realmente soam como música para todos nós. Acredito que ouvimos agora com determinação, com o espírito de veracidade nas suas palavras, algumas coisas que nos parecem fundamentais para a resolução do problema das nossas contas externas.

Ouvi Vossa Excelência falar em substituição competitiva de importações, não aquela substituição que meramente estabelecia barreiras protecionistas, impedindo a entrada de produtos externos, mas a substituição de importação indutora da produção nacional, competitiva com a produção nacional. Ouvi Vossa Excelência falar sobre programas de turismo, programas de promoção comercial, coisas que esta comissão vem discutindo e debatendo há bastante tempo.

Gostaria de parabenizá-Lo pela forma como discorreu sobre o problema, sobretudo na proposição das linhas de ação agora avançadas pelo seu ministério. Mas não poderia deixar de chamar a atenção e trazê-Lo um pouco para a nossa realidade, então pediria seus comentários ao passarmos para a fase dos debates.

Tivemos, como Vossa Excelência mesmo afirmou, desde 1995, uma desvalorização cambial de mais de 100%. As exportações, sem dúvida, nenhuma reagiram, contudo, não na medida do esperado.

Pergunto qual a perspectiva que Vossa Excelência teria acerca dessa constatação um pouco desanimadora. Não sei se falta uma cultura exportadora para o brasileiro. Fala-se muito em preço, fala-se muito em desonerar PIS, Cofins e, com isso, dar 2,3,4, 5, 100/0 de redução de preços do produto exportado. No entanto, foi dado ao exportador um ganho cambial de 1000/0, e as exportações não reagiram na medida da expectativa.

Como Vossa Excelência avalia esse problema e como pretende superar o que nos parece um gargalo de fundamental importância, a cultura exportadora? Essa cultura não é apenas uma questão macroeconômica, ela envolve problemas logísticos, problemas de qualificação de mão-de-obra, como Vossa Excelência bem mencionou.

Ouvimos também, Sr. Ministro, comentários acerca de promoção comercial. A nossa realidade é diferente. Temos, por exemplo, o setor de promoção comercial do Itamaraty, que, segundo informações que obtive, tem um orçamento de três milhões de reais por ano. É uma coisa absolutamente risível do ponto de vista de qualquer país que pretenda inserir-se competitivamente no mercado internacional e que foi capaz no ano passado de absorver 2,5% de todos os investimentos externos, diretos, realizados no mundo, 34 bilhões de reais. Temos um orçamento de promoção comercial no Itamaraty de três milhões de reais. Aliás, compromisso que nesta comissão pretendemos, logicamente depois da votação e do debate do assunto, sanar por meio da apresentação de emendas de comissão para suprir esta lacuna que nos parece absolutamente injustificável.

Finalmente, gostaria de deixar mais uma questão como pano de fundo para um comentário de Vossa Excelência: a crise do nosso balanço de pagamento. Segundo estimativas feitas, o Brasil tem necessidade, hoje, de captar externamente aproximadamente 60 bilhões de dólares, para suprir o nosso déficit em conta corrente, para suprir todos os compromissos, os serviços da dívida, as amortizações. No entanto, a expectativa é de que este ano terminemos com uma entrada líquida de investimentos diretos em tomo de 18 bilhões. Para o ano que vem, o quadro econômico internacional nos parece ainda mais sério, o que nos faz prever até uma redução. Portanto, como avançar na linha do que me parece ser uma grande ameaça a todos os projetos que nós, brasileiros, estamos pretendendo implementar no sentido de aumentarmos as nossas exportações e de suprimos as nossas lacunas no nosso balanço de pagamento com um cenário tão desfavorável ao nosso País.

Eram esses os comentários e gostaria imensamente de ter essas questões discutidas ao longo do debate que faremos agora com os parlamentares desta Casa, mas não sem antes de dizer que, entre tudo que Vos- sa Excelência disse, uma frase que me marcou muito: precisamos deixar de ser ingênuos, precisamos praticar, sim, comércio internacional de forma leal, aberta e transparente, mas também de forma agressiva, consciente dos nossos interesses. Esta é forma como o jogo de comércio internacional é feito nos outros países. De modo que tudo que Vossa Excelência disse hoje aqui - repito - soa como música aos nossos ouvidos, e Vossa Excelência poderá contar com todo o apoio desta comissão e com todo o esforço dos deputados aqui presentes para apoiá-los nessas iniciativas.

Passo a palavra ao Vice-Presidente, Deputado Gerson Gabrielli antes de passarmos à fase de debates.

O SR. Deputado Gerson Gabrielli - Senhor Presidente, Sr. Ministro, tive a oportunidade de ouvir sua exposição no domingo próximo passado, no Rio Grande do Sul, quando Vossa Excelência, diante de 3.500 micro e pequenos empresários, expôs esse programa oportuno de exportação visando o equilíbrio das contas brasileiras.

Nossa expectativa, Sr. Ministro, diferentemente de outras vezes, é que com seu preparo e sua força dentro do Governo, efetivamente Vossa Excelência tenha a cumplicidade de outros setores do próprio Governo.

Claro que Vossa Excelência convence a todos de que o caminho é a exportação. Espero que Vossa Excelência também possa convencer o Ministro Pedro Malan, o Presidente do Banco Central, Sr. Armínio Fraga, e principalmente o Dr. Everardo Maciel. Tenha absoluta convicção de que Vossa Excelência conta com esta comissão e com os parlamentares.

Eu não poderia, Sr. Ministro, fugir da expectativa de ouvir o que Vos- sa Excelência tem para nos dizer sobre a infra-estrutura, as condições básicas, para que possamos começar a ajudá-los nesse programa de exportação. O mercado interno sofre também os impactos da economia internacional. Continuamos sem equacionar - e não por falta do apoio do Congresso e de determinação desta comissão - o problema da carga tributária que onera os

nossos produtos e que os torna pouco competitivos externamente

Diferentemente, por exemplo, dos Estados Unidos, que têm taxas de 2,5% ao ano, continuamos com as taxas de juros ainda de 19% ao ano. Continuamos também com expectativa de expansão da economia para equacionar nossos problemas internos na área de emprego e renda.

Esta comissão, sob a liderança do nosso Deputado Marcos Cintra e dos demais deputados presentes, está fazendo um esforço, sinalizando para o Governo Federal a importância de ajudar o País num programa de desoneração de folha de pagamento e uma revisão da CLT, para que os nossos produtores possam ter uma ambientação correta não só para fornecer para o mercado interno, mas também para o mercado externo.

Quero sublinhar a importância da presença de Vossa Excelência nesta Comissão. Nós, brasileiros, estamos esperando desde 1994, quando da implantação do Plano Real, condições favoráveis para que possamos celebrar juntos - Governo, setor produtivo, sociedade - não só uma política de exportação, mas principalmente uma política que vise preservar o mercado interno, as empresas e os empresários.

O SR PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Muito obrigado, Deputado Gerson Gabrielli.

Passo a palavra ao Ministro Sérgio Amaral.

o SR. MINISTRO SÉRGIO AMARAL - Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a Vossa Excelência os comentários e as perguntas que fez, que permitem falar sobre algumas questões muito importantes e que eu não havia abordado na minha apresentação inicial.

A primeira delas diz respeito à reação das exportações e ao câmbio. É verdade que muitos de nós ficamos decepcionados, porque em 1994 houve uma desvalorização e o câmbio não reagiu tão rápido quanto muitos esperavam.

Possivelmente, isso dependeu de um período de incerteza inicial e, sobretudo, ao fato, como Vossa Excelência mencionou, de que tínhamos, de certa forma, perdido os instrumentos para exportar e o contato com os nossos compradores.

Mas a verdade é que a exportação reagiu talvez não tanto quanto pudéssemos esperar. Partimos de um déficit comercial superior a seis bilhões, no ano anterior e no passado estivemos próximos do equilíbrio.

No ano passado as exportações cresceram 15%; teríamos tido um saldo de seis bilhões de dólares se os preços dos nossos produtos tivessem mantido seu valor, porque sofreremos uma profunda deterioração das relações de troca, e a perda do valor dos nossos produtos significou, em valor de exportações, 6 bilhões de dólares a menos do que teria sido se o preço dos produtos que exportamos não tivesse caído.

Mas todos sabem que, mesmo neste ano de grande retração dos mercados e dos consumidores e de menor demanda, nossas exportações estão crescendo; até 30 de setembro, o crescimento foi de 7%. As importações também estão crescendo, mas menos. Elas estão crescendo a 5%.

Esses dados, no entanto, não eliminam o ponto central de seus comentários que dizem respeito a uma cultura exportadora. A tradição brasileira é de que a exportação é uma atividade residual. Exporta-se quando não se coloca o produto no mercado interno e, como todos sabemos, quinhentas empresas correspondem a um pouco mais de 80% do valor das nossas exportações.

Isso nos traz duas questões. Primeiro, precisamos criar condições a curto prazo para que essas quinhentas empresas exportem mais, porque elas representam mais de 80% da pauta; queremos produzir saldos comerciais crescentes e temos de incorporar um número progressiva- mente maior de empresas no negócio da exportação.

Isso está sendo feito por meio de uma ação conjugada de pelo menos três órgãos. Um é o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que tem várias iniciativas para mobilização de exportadores, uma delas são esses encontros do comércio exterior, programas de apoio ao exportador. A segunda é a APEX - Agência de Promoção de Exportações do Sebrae, que se dedica à preparação de toda a cadeia produtiva de exportação. Temos aqui o gerente de um dos projetos da área têxtil, que vem trabalhando já há dois anos na cadeia produtiva de exportação, como ela opera, como pode reduzir custos, como pode adequar seu *design*, sua produtividade para ser competitiva, atender ao gosto do consumidor. O próprio Sebrae trabalha nessa direção.

Portanto, existe um esforço no sentido de ampliar, e acredito que já estamos ampliando substancialmente, mas estamos longe ainda de ter um volume de empresas exportadoras comparável ao dos países que têm maior abertura de comércio.

Vossa Excelência mencionou outro ponto fundamental que diz respeito às nossas necessidades de financiamento externo num momento em que sabemos que os recursos disponíveis para financiamentos, investimentos em bolsa e mesmo para investimentos diretos são menos abundantes e mais caros.

Os números que circulam hoje, seja nos mercados, seja na imprensa, não têm absolutamente nada que ver com os números reais sobre nossas necessidades de financiamento. Elas são decrescentes. Em 2000, precisamos de 56,6 bilhões de dólares; em 2001, de 56,1 bilhões; no ano que vem, serão 47,4 bilhões. E por quê? Porque o déficit em transações correntes, que já foi superior a 30 bilhões de dólares - chegou a 33 bilhões de dólares -, vem caindo consistentemente: foi de 24,6 em 2000; 23,7 em 2001; 20,6 em 2002. Já em 2002 esse déficit é bastante menor, porque nossas exportações são maiores. De acordo com todos os analistas, mesmos os mais pessimistas do mercado, nosso saldo comercial será algo em torno de cinco bilhões de dólares.

Seguindo as projeções para o ano que vem, haverá um aumento das exportações da ordem de 2,7% e uma redução das importações da ordem de 3,3%. Haverá o mesmo volume de juros e de remessas a título de lucros e dividendos. No ano que vem pagaremos 14,9 bilhões de juros, haverá remessas de quatro bilhões. Viagens internacionais estão sendo estimadas num balanço negativo de 1,4 bilhão. Penso que seja excessivamente conservador, talvez seja possível nos aproximarmos de um equilíbrio.

Nossa capacidade de cobrir as necessidades de financiamento com confiança se deve a duas razões: primeiramente, ao fato de os números serem menores e não esperarmos grandes captações de recursos no mercado, que, ao contrário, são muito pequenas, pelo menos as do Governo. Talvez em alguns casos sejam maiores no setor privado, mas as grandes empresas que captam recursos fora têm total solvabilidade; seria muito pouco crível que elas não conseguissem levantar os recursos de que precisam. Em segundo lugar, ao fato de mostrarmos, com o que estamos fazendo, que há luz no fim do túnel. Se o déficit em conta corrente estava elevado, agora está decrescendo. Estamos mostrando que teremos condições de gerar saldos comerciais crescentes que vão reduzir o déficit em conta corrente. Portanto, cada vez menos necessitaremos de recursos externos.

Gostaria de comentar a pergunta muito oportuna do Deputado Gerson Gabrielli, Primeiro Vice-Presidente desta comissão. Pergunta Sua Excelência se serei capaz de convencer o Ministro Pedro Malan. Não sei se serei capaz de convencê-lo, mas posso dizer que Sua Excelência está convencido, porque conhece melhor do que qualquer um de nós os números do balanço de pagamento e sabe que déficit em conta corrente da magnitude do que existia será cada vez mais difícil de ser financiado, por isso precisamos exportar.

Portanto, vejo hoje no Ministério da Fazenda um parceiro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pois nossos objetivos são os mesmos. Além do mais, o Presidente dotou o Ministério do Desenvolvimento dos instrumentos necessários para assegurar que os mecanismos de apoio ao comércio exterior funcionem e assegurar ampla desobstrução das exportações. No fundo, o que precisamos fazer é deixar o câmbio funcionar, porque somos hoje muito competitivos.

Concordo inteiramente com suas preocupações em relação à in-ira-estrutura.

Nos últimos anos, no âmbito do Avança Brasil, muito foi feito: foram construídos ou reformados quatro novos portos, construídos quatorze aeroportos, retificados quatorze grandes rios, executados projetos ferroviários importantes, implementada uma revolução na área de tecnologia. Tudo isso criou melhores condições de infra-estrutura para o setor produtivo, mas ainda não é suficiente, porque, enquanto estávamos fazendo isso, nossos concorrentes faziam o mesmo ou mais.. O que explica o fato de nossos custos nos portos - passagens, taxas e comissões - ainda serem de 30% a 40% mais caros do que os dos nossos concorrentes.

Preocupo-me tanto quanto Vossa Excelência com os juros, mas temos duas balizas importantes para as taxas cobradas do nosso produtor, do nosso consumidor, dos nossos agentes econômicos.

Refiro-me, em primeiro lugar, ao risco externo, que fixa um patamar para nossas taxas de juros. A única forma de reduzir esse risco externo é diminuindo a necessidade de financiamento, o que estamos buscando atingir por meio da construção de saldos comerciais crescentes.

O segundo óbice a juros menores é a necessidade que o Governo tem de financiar seu mercado; a única solução é a melhoria das contas públicas, o que também estamos buscando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Muito obrigado, Sr. Ministro Sérgio Amaral.

Passamos para a fase de debates. O primeiro bloco é composto pelos Deputados Ricardo Ferraço, Almeida de Jesus e Osório Adriano.

Peço aos Srs. Parlamentares que façam em bloco o questionamento ao Sr. Ministro. Parece-me que essa seria a maneira mais eficiente de avançarmos.

Passo a palavra ao Deputado Ricardo Ferraço.

O SR: Deputado Ricardo Ferraço - Senhor Presidente, peço vênua a Sua Excelência para deitar uma breve homenagem ao Embaixador Roberto Campos, que me parece pertinente nesta reunião em função da perda que o Brasil sofreu neste dia com sua morte.

Penso que a vida, o trabalho, a jornada que o Embaixador Roberto Campos empreendeu em favor do Brasil, em razão sobretudo da solidez de suas convicções e idéias, merecem registro nesta comissão, no momento em que estamos discutindo um tema estratégico para o Brasil em conjuntura tão adversa.

Portanto, minha primeira palavra é de homenagem ao Embaixador Roberto Campos, ressaltando a grande perda que sofre o Brasil neste dia.

Senhor MiniStro Sérgio Amaral, gostaria de concentrar minha reflexão em dois temas. Fiquei muito feliz em observar a intensa preocupação de Vossa Excelência com a situação da cultura do café no Brasil, na atual conjuntura. Até bem pouco tempo, Vossa Excelência dirigiu a Associação dos Países Produtores de Café, à frente da qual realizou um trabalho excepcional, sobretudo na promoção do produto. Mais do que ninguém conhece Vossa Excelência a situação deprimente em que se encontram tanto a cafeicultura brasileira quanto a internacional.

Acho que Vossa Excelência aponta na direção correta, mas nos preocupa um pouco a postura errática do Governo. Estamos todos acompanhando com muita preocupação a situação. Como disse Vossa Excelência com muita clareza em relação aos números, talvez essa atividade seja muito mais importante do ponto de vista social do que do ponto de vista econômico, porque emprega neste País, em toda a sua cadeia, algo em tomo de oito a nove milhões de brasileiros e seguramente é responsável pela manutenção de um contingente enorme de pessoas na área rural.

Embora essa atividade gere em todo o mundo algo em tomo de 60 bilhões de dólares, os países produtores de café estão ficando com apenas seis ou sete bilhões de dólares. Efetivamente não estamos conseguindo avançar no sentido de agregar mais valor ao nosso produto.

Se fizermos uma avaliação do ano de 2001, constataremos que a Costa Rica exportou sessenta mil sacos de café torrado, enquanto o Brasil exportou onze mil. Ao mesmo tempo, assistimos às grandes torrefadoras internacionais, como a Elite, dominarem o mercado de café torrado no Brasil. Essas empresas estão controlando esse mercado sem que o Governo possa impor qualquer tipo de condicionante ou de meta para que parte dessa produção seja dirigida à exportação, de modo a colaborar com o esforço exportador brasileiro, tão relevante neste momento.

Fui designado pelo Deputado Aécio Neves para participar da reunião anual da Organização Internacional do Café, em Londres, e da reunião anual da Associação dos Países Produtores de Café, realizadas na semana passada. Confesso que vivi situação muito constrangedora para mim, que estava acompanhado do Deputado Silas Brasileiro. Fomos designados pelo Congresso Nacional para defender a decisão importante e estratégica de manutenção da Secretaria-Geral da OIC nas mãos do Brasil. Por muito pouco não perdemos a Secretaria-Geral para a Colômbia, porque saímos do Brasil sem qualquer tipo de comunicação oficial da indicação do Sr. Oswaldo Aranha Neto.

Na última hora, durante a assembléia da OIC, o Brasil simplesmente comunicou que não mais indicava o Sr. Oswaldo Aranha Neto e que não havia substituto. Prorrogarão o mandato do Sr. Celsius Lodder até janeiro, e por muito pouco não perdemos a indicação da Secretaria-Geral, um espaço muito importante para o Brasil. Embora não desempenhe mais mandato e cláusulas comerciais, a Organização Internacional do Café é importante instrumento de mediação, de intercâmbio de informações de bancos de dados a respeito da atividade cafeeira mundial.

Gostaria de perguntar se Vossa Excelência poderia trazer a esta comissão uma informação objetiva em relação ao posicionamento do Governo brasileiro, porque não recebemos qualquer informação sobre essa decisão, tomada em cima da hora, de não ratificar o nome do Sr. Oswaldo Aranha Neto para Secretário-Geral da OIC.

Outra manifestação que tenho a fazer diz respeito a notícia veiculada pelo *Jornal do Brasil* na edição do dia 18 de agosto, data anterior à posse de Vossa Excelência no Ministério. A notícia é muito sólida para todos os que enxergam na exportação um aporte extraordinário para equilibrarmos nossas contas.

Diz assim:

"O Ministério do Desenvolvimento está concluindo uma proposta que visa impulsionar a substituição de importações e a eliminar o déficit na Balança Comercial. A idéia é isentar de impostos toda a cadeia produtiva de alguns setores estratégicos destinados à exportação. Seria criada uma espécie de draw back verde e amarelo, ou seja, ficariam isentos de impostos fornecedores nacionais de insumos destinados à fabricação de mercadorias especificamente para a exportação, para colocá-los em pé de igualdade com fornecedores do exterior: "

Dirijo-me a Vossa Excelência para saber como andam esses estudos. Qual é a visão pessoal de Vossa Excelência em relação à implantação daquilo que uns chamam de *draw back* verde e amarelo, e outros, de ImpEx, que pode colocar efetivamente nossa cadeia fornecedora de insumos à indústria exportadora em igualdade de condições em relação aos fornecedores de insumos estrangeiros; para isso, não seriam tributados. As informações de mercado dão conta de que importaríamos três bilhões a menos e poderíamos exportar três bilhões a mais. Parece óbvio que esse será um importante instrumento de melhora da competitividade dos setores exportadores.

A matéria saiu em 18 de agosto. Qual a razão de não estarmos avançando com a velocidade necessária, se é fato que o ministério está estudando a implantação dessa proposta?

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Agradeço ao Deputado Ricardo Ferraço. Concedo a palavra ao Deputado Almeida de Jesus.

O SR: *Deputado Almeida de Jesus* - Senhor Ministro, confesso que, no início de sua explanação, criei uma expectativa, porque é o que tem vivido todo o Brasil e todo o mundo devido ao que está acontecendo nos Estados Unidos, automaticamente envolvendo as demais nações.

Vossa Excelência abordava exatamente o que está acontecendo neste momento, quando muitos se fixam na idéia de que as economias dos países poderão ser atingidas por essa situação. Não temos dúvida de que serão atingidas, mas o pessimismo leva a população a acreditar que tudo isso já está acontecendo, e é o que estamos vendo no Brasil inteiro. Quando se diz que a gasolina vai aumentar, que o petróleo vai aumentar, cria-se, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, uma expectativa muito grande na população brasileira e de todo o mundo, um clima de especulação. Vemos, então, a população ficar nessa expectativa, muitas vezes criada por nós mesmos, o Governo. Sabemos que o momento é difícil, mas não podemos ser levados pelo extremismo e pelo pessimismo.

Outro aspecto que Vossa Excelência abordou é a busca do aumento das exportações para criar condições de investimento e desenvolvimento. Temos percebido isso ao longo do tempo; é visível o interesse do Brasil e de todos no crescimento das importações e das exportações.

No tocante à questão das importações e das exportações, vemos que não se estão atingindo as metas. Fixou-se o crescimento das exportações em 7% e das importações em 5%. Daqui a pouco empatarão os dois sistemas, e o Brasil não sairá do canto, ficará parado. Nós, que somos responsáveis pelo desenvolvimento do País, ficaremos sem condições de dar resposta aos brasileiros. Depois que Vossa Excelência começou a explicar e passou a citar os números com altivez, animei-me um pouco. Mas foi mencionada uma idéia que estamos vendo ser implementada no Ceará: a isenção de impostos.

Aí entra a questão da reforma tributária, pela qual muitos de nós têm lutado, mas não se faz neste País, nesta Casa, porque os interesses são muito grandes. Na reforma tributária ampla que defendemos, discute-se o Imposto Único, que o Deputado Marcos Cintra tanto tem defendido. Acredito que deveríamos utilizar no caso de exportação o Imposto Único, e não tantas isenções. Pelo que Vossa Excelência disse, a isenção do PIS, da Cofins, do ICMS em alguns estados tem causado muito problema, porque não tem retomado aos exportadores. Temos visto isso acontecer lá no Ceará; o Governo Tasso Jereissati aplicou as isenções fiscais, motivando empresas a gerar recursos e empregos, e não tem dado resultado, porque essa geração de recursos tem saído do Estado. É o mesmo que acontece aqui: tem saído do Brasil e não tem retomado, por isso as exportações estão empatando com as importações.

O Deputado Gerson Gabrielli perguntava se Vossa Excelência vai convencer as autoridades da área econômica, sobretudo o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central, a dar apoio a Vossa Excelência, que está com tão bom ânimo e conhece o assunto. Vossa Excelência fala com desenvoltura tal, que nós, deputados, convencemo-nos da habilidade que tem Vossa Excelência de buscar o crescimento econômico para o País por meio das exportações. Mas há essa dificuldade.

Pergunto onde está o erro. Vossa Excelência repetiu várias vezes que nem sempre as coisas funcionam, e isso me marcou muito. Disse que quatorze taxas são necessárias para que o exportador possa realmente fazer com que aconteça. Dezenas de autorizações são necessárias.

Então, é a burocracia. Já tivemos neste País Ministério da Desburocratização e um bocado de coisas mais na tentativa de melhorar a situação, e não conseguimos. Vossa Excelência, como Ministro do Governo, e nós, como parlamentares, queremos contribuir para o desenvolvimento da Nação, mas pergunto: o que o Governo propõe para que isso seja feito? Vossa Excelência citou oito pontos do programa prioritário. Mas até quando aguardar que isso venha a ser colocado em prática? Acho que é hora de o Governo acordar e dizer que vai mandar para o Congresso algo que resolva. Se ficarmos aqui propondo crédito e financiamento. Vossa Excelência mesmo disse que é feito todo o trabalho, mas que na ponta, no banco, é difícil liberar os financiamentos. Quanto à desoneração do exportador, acabamos de ser informados de que quatorze taxas e dezenas de autorizações são necessárias. São inúmeras as normas criadas e regulamentadas por decreto ou pelo próprio ministério. Então, fica difícil saber o que tem de ser feito. É isto que pergunto: o que vamos ter de fazer para que aconteça tudo isso que Vossa Excelência quer colocar em prática no ministério? São oito pontos que reputo da maior importância, mas há que se dizer o que tem de ser feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Obrigado, Deputado Almeida de Jesus.

Comenta o Deputado Gerson Gabrielli que o único jeito é fazer um pedido a Jesus.

Tem a palavra o Deputado Osório Adriano.

O SR: Deputado Osório Adriano - Senhor Ministro. logo no início deste ano, fiz uma pequena importação aqui para Brasília e me surpreendi porque recebi três telefonemas de pessoas da embaixada americana, criando facilidades para mim, colocando-se a minha disposição, facilitando a importação, que era pequena.

Tive oportunidade também, Sr. Ministro, de viver fora do nosso País por algum tempo, talvez cinco anos. Conheço bem - não profunda- mente, entretanto - o trabalho do Itamaraty lá fora, especialmente dos nossos consulados, das nossas embaixadas. Além disso, sempre viajo e posso dizer alguma coisa a respeito desse trabalho. Sem sombra de dúvida, Sr. Ministro. o pessoal do Itamaraty. falando-se em termos de educação. de cultura, são os mais preparados. Mas não vejo a mesma vocação para a área comercial. Sei que o Itamaraty tem um departamento comercial, mas pouca diferença faz, porque são os mesmos homens que são promovidos sem nenhum preparo especial. Não sei. pare- ce que alguém diz: "Agora vai lá para o Departamento Comercial". Então, vejo esta grande lacuna: não estamos em condição de ajudar aqueles que estão aqui a realizar as suas exportações.

Vossa Excelência saiu do Itamaraty e tem esse espírito até reconhecido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o colocou no Ministério do Desenvolvimento, prova de sua capacidade e de sua ação.

Há algum tempo, li interessante comentário em revistas americanas, dizendo que lá as empresas estavam contratando *self made men* (homens da luta diária), com altos salários, que se conseguiram distinguir. Eram contratados por essas empresas para substituir, muitas vezes, técnicos preparados em universidades.

A meu ver, o trabalho de Vossa Excelência pode ser muito importante nessa área. Não estamos preparados para exportar. O produtor nacional tem medo até de pensar na burocracia da exportação - Vossa Excelência sabe disso. Então, mesmo que seja à longo prazo, Ministro, a sugestão é no sentido de preparar pessoas capazes de se infiltrar no meio do produtor industrial, rural. Pessoas preparadas para unir esse pessoal a um canal de exportação.

Vossa Excelência se referiu muito ao valor agregado. Ora, nosso principal exportador neste instante é a Embraer, que agrega valores às suas exportações. Francamente, ainda não tive ocasião de verificar em números o que a Embraer deixa para o País nas suas exportações, porque agrega muito valor. Julgo que na área da agricultura e da pecuária, 100% é nacional.

Vou dar um exemplo atual. Sabemos que se exporta carne ao preço de 23 dólares aproximadamente a arroba. Os frigoríficos pagam atualmente em tomo de 16 dólares ao produtor. Veja a enorme diferença. Não sei se é lucro do frigorífico ou qual a razão de isso acontecer. E isso ocorreu especialmente este ano, pois nessa época a arroba chega a 21 dólares, mas este ano atingiu 16 dólares. Essa é a realidade atual, Ministro. Eu gostaria de saber a opinião de Vossa Excelência a respeito dessa sugestão nas duas pontas: uma delas, no exterior, preparando melhor a área comercial do Itamaraty; na outra ponta, o seu ministério co-locando gente na rua, nos centros produtores e nas associações de classe, incentivando e facilitando na área burocrática e até de financiamentos a exportação daquilo que produzimos.

O SR: Deputado Emerson Kapaz - Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

o SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Tem Vossa Excelência a palavra.

O SR: Deputado Emerson Kapaz - Como sou o próximo inscrito, queria fazer uma pergunta baseada no que o Deputado Ricardo Ferraço acabou de falar. Eu gostaria de agregar algumas coisas e economizar um pouco de tempo na resposta que talvez o Ministro daria à segunda seqüência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Pode complementar, então, a indagação do Deputado Ricardo Ferraço. Tem Vossa Excelência a palavra.

O SI: Deputado Emerson Kapaz - Senhor Ministro, como Presidente da Subcomissão de Comércio Exterior, a minha pergunta, a de membros da Mesa e de outros companheiros, é na mesma direção do questionamento do Deputado Ricardo Ferraço e poderia contribuir com a resposta que Vossa Excelência está imaginando dar-nos.

Temos trabalhado demais na Subcomissão com a proposta chamada Index, que se refere à empresa exclusivamente exportadora e que tramita no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio há alguns meses.

Quando tivemos informação de que essa proposta é extremamente revolucionária para a exportação brasileira, buscamos informações junto a Camex e a temos debatido com todos os segmentos exportadores, que têm dado contribuição. Se ela se tornar lei, talvez seja criada a chamada grande cadeia exportadora, que há muito tempo tentamos implantar no Brasil e não conseguimos. A Index criaria uma nova nomenclatura, por intermédio da Secretaria da Receita Federal, e as empresas se credenciariam a um novo CPF. desde que fossem exclusivamente exportadoras. E passariam a serem comprados no Brasil as matérias-primas, os insumos, as máquinas, os equipamentos e tudo o que se compra lá fora, sem nenhum tipo de tributação.

Onde está o problema? No ICMS. Porque no que se refere ao IPI e provavelmente ao PIS e ao Cofins, o problema estaria totalmente liberado na cadeia produtiva. E afirmo isso embora haja reclamação de que o crédito do PIS e Cofins saiam com sete a nove meses de atraso, quando sai, além de não estar sendo incluído pelos exportadores, porque eles não sabem quando recebem. Se os problemas do IPI, PIS e Cofins estivesse resolvido, restaria o do ICMS, o qual Vossa Excelência comentou muito bem. Ou seja, uma empresa exclusivamente exportadora de Minas Gerais ficaria com crédito para comprar matéria-prima de São Paulo e não saberia o que fazer como ele.

Muito bem, fomos conversar com o Secretário Everardo Maciel sobre esse problema. Ele disse que por causa do ICMS não há como solucionar a questão da Index, e ela acaba ficando manca.

Voltando a analisar esse assunto, descobrimos que já existe um convênio relativo as *tradings* assinado no Confaz, que trata quase do mesmo assunto. Ou seja, é a mesma modalidade do que seria a Index, mas capacita as *tradings* a exportar sem pagamento de ICMS. Se estendermos o convênio das *tradings* as Index, não precisaremos da unanimidade no Confaz para aprovar essa proposta.

Estou dando este depoimento porque estamos avançando muito na subcomissão e essa questão é extremamente importante para o comércio exportador brasileiro. A estimativa é de que três a quatro bilhões do *draw back* passariam, primeiro, a serem comprados no mercado interno e, segundo, passariam a sair do déficit da balança comercial, porque não seriam comprados externamente.

Senhor Presidente, acho que essa contribuição pode ajudar na resposta do Sr. Ministro e por isso preferi intervir agora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cinta) - Obrigado, Deputado Emerson Kapaz.

Antes de passar a palavra ao Ministro registro a presença, entre nós, do Dr. Joaquim Fonseca, ex -Presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais do Brasil. É uma satisfação tê-lo conosco.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO SÉRGIO AMARAL - Muito obrigado, Sr.

Presidente. Há uma longa lista de questões muito relevantes ao trabalho do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, levantadas aqui.

Em primeiro lugar, quero associar-me às homenagens que o Deputado Ricardo Ferraço fez ao ex-Embaixador e ex-Ministro Roberto Campos, que, sem dúvida, ocupou papel proeminente na vida pública brasileira.

Gostaria de atacar diretamente a questão que Sua Excelência e o Deputado Emerson Kapaz levantaram, que diz respeito à ampla desoneração das exportações via um mecanismo chamado Index, relativo a uma empresa unicamente exportadora.

Sou favorável a essa idéia. Acredito que o avanço que houve no PIS/Cofins, ainda que vá assegurar ampla desoneração ou restituição da contribuição para um grande número de etapas à cadeia produtiva, não elimina a idéia da Index. Ao contrário, favorece, porque já estamos no meio do caminho.

Portanto, falta termos essa conversa com o Confaz, que já está, inclusive, planejada. Tenho muito empenho nisso e gostaria de retomar essa questão com o Confaz, para ver se resolvemos a parte que falta, segundo entendo, que é a do ICMS. Certamente, gostaria de contar com o apoio da subcomissão nas conversas que talvez tenhamos de ter com os estados, para levá-los a participar desse projeto.

Gostaria de mencionar rapidamente a questão do café, pela qual tenho predileção muito particular, por ter sido Presidente da Associação por mais de dois anos. Vejo a perspectiva do café, infelizmente, com certo pessimismo. Temos uma questão mundial de supercapacidade, ou seja, capacidade de produção muito maior que capacidade de consumo. O resultado é que a oferta tem crescido nos últimos anos, se não me engano, 3,6% ao ano, enquanto a demanda cresce pouco mais de 1 %.

Qual o resultado disso? Estamos gerando excedentes de café da ordem de seis a sete milhões de sacas por ano. Hoje, o estoque nas mãos das *tradings*, empresas de comercialização, em países consumidores é da ordem de 20 a 21 milhões de sacas. Na próxima safra, passará para algo em torno de 28 milhões de sacas. Portanto, é difícil prever hoje recuperação nos preços do café num prazo de dois a quatro anos. Não estou vendo essa capacidade diminuir.

Evidentemente, muitos produtores em âmbito mundial e até mesmo muitos países sairão do mercado. Somos mais competitivos que os outros, porque temos índice de produtividade maior. Mas isso não impede que tenhamos dificuldades, que não estão sendo sentidas hoje por causa da desvalorização do real, que aumentou a renda do produtor. Mas o fato é que os preços atingiram em termos reais o seu ponto mais baixo, desde a grande depressão dos anos 30.

Isso não tem solução a curto prazo, até mesmo porque o Banco Mundial andou fazendo política equivocada, eu diria, até mesmo irresponsável, de financiar a expansão do plantio do café em vários países. E o Vietnã está realmente praticando outra política irresponsável, que é a de verdadeiro *dumping* de café. A produção do Vietnã pulou de um milhão de sacas no início do anos 90 para 15 milhões de sacas hoje e deverá passar para 17. Então, o problema de oferta maior que a demanda vai continuar

As crises são momentos difíceis, mas são momentos para tomar decisões. E uma decisão que, estou convencido, o Brasil precisa tomar é caminhar em marcha acelerada na direção da promoção do café brasileiro, na direção da diferenciação dos cafés especiais e, sobretudo, de agregação do valor.

Começamos um trabalho nesse sentido, e a primeira iniciativa que tomei no ministério foi a de criar um programa de agregação do valor. Estamos trabalhando com uma das mais importantes cooperativas de café, a título experimental, que é a Cooperativa de Guaxupé, com um programa que significará a articulação de vários órgãos do Governo com o Ministério de Ciência e Tecnologia com relação ao novo Fundo Verde-Amarelo que o Presidente aprovou na semana passada. Ele dará linhas de financiamento ao produtor e, de outro lado, ao desenvolvimento de alguns centros tecnológicos por região e por produto, de forma que tenhamos um centro tecnológico especializado em café. Da mesma forma que a Embrapa dá enorme contribuição à agricultura, precisamos ter algumas, ou pelo menos uma entidade de inovação tecnológica, de pesquisa, de apoio ao produtor, para que ele agregue mais valor ao seu produto.

E o segundo projeto nessa mesma linha seria no Sul, relativo à indústria de calçados, para que se eleve o nível de sofisticação, *design*, com agregação de valor.

Mas isso traz uma outra questão que sei que é ainda mais controversa. Hoje, o produtor brasileiro, sozinho ou em cooperativa, enfrenta verdadeiros gigantes mundiais na comercialização e na industrialização. A Nestlé, por exemplo, domina mais de 50% do mercado de café solúvel do mundo. E temos quatro *tradings*, basicamente, que dominam o comércio do café. Diante desse gigante, temos muitas vezes produtores pequenos e isolados.

Não estou aqui falando ou tentando defender um órgão como o IBC, que se tomou grande demais e obsoleto para os nossos tempos, mas acho que é preciso haver algumas instituições que sirvam de referência e guia para o setor produtivo, de preferência privadas, e que tenham recursos. Não é possível fazer promoção sem recursos. Os colombianos fizeram, durante vinte anos, promoção do café colombiano, gastaram cerca de 20 milhões de dólares por ano na promoção do seu café e, ao longo de dez anos, tiveram um sobrepreço no café da ordem de 20%. O café colombiano, nos últimos dez anos, tem sido vendido a um preço, em média, cerca de 20% maior que o preço do café brasileiro. E o café colombiano não é melhor que o brasileiro. Ele é mais conhecido. Esse sobrepreço resultou num aumento da receita para a Colômbia, que, em dez anos, foi de dois bilhões de dólares. O investimento certamente foi produtivo para a economia cafeeira e para o país.

Como vamos financiar uma promoção de 20 milhões de dólares no Brasil? Não vejo possibilidade neste momento e nos próximos anos, senão mediante decisão por parte do setor privado - e acho que deve ser

do setor privado - no sentido de propor uma espécie de contribuição sobre a exportação. Isso é muito controvertido. Eu jamais tomaria essa iniciativa do ponto de vista do Governo, mas acho que hoje precisamos de visão no setor empresarial.

O financiamento para retenção de café pode ser importante em momentos de alta volatilidade no preço, mas não é solução quando temos um problema de oferta, de tendência de oferta maior do que a demanda. Nós precisamos nos preparar para uma fase nova, de substancial investimento em promoção e agregação de valor. Não vejo outra alternativa. Mas deixo esse tema para ser discutido entre o mercado do café, entre os produtores e comercializadores.

Gostaria de passar rapidamente às outras questões. Foi muito oportuno o comentário do Deputado Osório Adriano sobre o papel do Itamaraty na promoção. O Itamaraty já teve um dos mais ativos e eficientes serviços de promoção comercial nos anos 70. Mas nos anos 70 a exportação era prioridade nacional; depois deixou de ser. E o Itamaraty é um órgão que, na sua ação externa, reflete as políticas de Governo. Não tenho a menor dúvida de que o Itamaraty tem capacidade para fazer isso. Ele precisa de recursos. Como foi mencionado aqui, 3 milhões de dólares para 140 postos é muito pouco dinheiro, embora promoção não custe tanto quanto se diz.

Tive uma experiência em Londres de abrir um escritório de turismo. Foram gastos 60 mil dólares no primeiro ano e 180 no segundo. Com esses recursos, foi possível mudar a percepção dos operadores de turismo e dos agentes de viagem da Inglaterra sobre o turismo brasileiro. Não é um problema apenas de recurso. Três milhões de reais é muito pouco.

Mas o fato é que precisamos hoje é fazer da exportação - como está sendo feito - prioridade nacional. Precisamos ser muito claros e focalizar o trabalho de promoção de exportações. É o objetivo desse projeto. Acredito que tenha sido distribuído o resumo do que ele propõe, ou seja, fazer com que nossas embaixadas prestem efetivo apoio ao exportador. Vamos cobrar esse apoio. E para isso que- remos que o exportador faça uma avaliação da sua missão e do apoio que recebeu.

Não podemos esperar, entretanto, que um diplomata se trans- forme, da noite para o dia, em especialista em mercado de móveis ou de carne. É impossível. Ele tem de ter a visão de conjunto do trabalho de promoção de exportação e tem de contratar consultores locais.

Tive experiência em Londres com um projeto de exportação de móveis, em que contratamos um ex-diretor da Federação de Móveis da Inglaterra, que conhecia profundamente o mercado inglês. Hoje não se penetra mais nesses mercados sem conhecer o canal de distribuição, sem saber onde investir recursos em *marketing*, porque, se não soubermos, vamos gastar dinheiro à toa. Vamos gastar muito para pouco resultado.

Precisamos de nova articulação dos esforços de Governo, que comece aqui no País, para preparar a cadeia produtiva para exportar, para ser competitiva. E é o que estamos fazendo. Valeria a pena, um dia, ter uma discussão sobre o projeto da PEX. Está aqui o gerente de um dos projetos de têxteis, Dr. Paulo Antonio Skaf, com quem discuti esta semana longamente sobre o que eles estão fazendo em matéria de promoção. É preciso analisar desde o início: cadeia produtiva, custos, *design*, adequação ao gosto do consumidor, apoio efetivo no exterior. Tem de ser feito como fazem na embaixada americana. É assim também na embaixada inglesa, é assim na embaixada francesa.

Precisamos ter o exportador ativo. Quando cheguei em Londres, o Presidente da Câmara de Comércio fez um comentário de que não gostei, mas depois cheguei à conclusão de que ele tinha razão: ele disse que o Brasil exporta não porque o exportador vai vender, mas porque o importador vem comprar. Em muitos casos, isso é verdade. É preciso criar condições para que o exportador vá exportar e para isso ele precisa de apoio. Esses mercados são altamente competitivos e é preciso que lá fora o Governo, o Banco do Brasil e os outros órgãos de exportação tenham condições de prestar esse apoio. Concordo integralmente com isso.

Por fim, gostaria de mencionar o comentário também muito oportuno, do qual gostei muito, do Deputado Almeida de Jesus. Ele expressa um pensamento com o qual compartilho inteiramente. Para mim, há um mistério que se chama reforma tributária. Não conheci ninguém que seja contra. Não conheci uma única pessoa, em nenhum meio que frequentei, no meio acadêmico, no meio político, no meio empresarial, que não defenda e cobre a reforma tributária. E a minha grande questão é por que ela não acontece.

Chegou a hora de pagarmos o preço para saber quem é contra. E chegou a hora, muito oportuna, porque estamos vivendo um processo de desaquecimento da economia mundial e temos de proteger as nossas empresas, temos de proteger os nossos empregos, temos de reduzir o custo de quem produz, temos de aproveitar todas as oportunidades. E temos de expor publicamente quem é contra, porque essa pessoa nunca aparece. Mas em algum lugar ela está, porque ela bloqueia qualquer iniciativa de reforma.

E perdemos há pouco tempo uma grande chance, uma chance única, com a PEC n.º 277, que apenas equalizava. Se pagamos PIS/Cofins aqui, por que não pagar na importação? É mais do que razoável. E mais do que isso: e por que não pegar os recursos da PIS/Cofins, pagos pelo importador, e não transferir esses recursos para desonerar o produtor? A mim me parecia óbvio.

Escrevi um artigo num dos grandes jornais assumindo um compromisso público segundo o qual eu estava credenciado, pelo Governo, em plena parceria com o Ministro da Fazenda, para que levássemos adiante esse projeto, que me parecia óbvio. Ele não passou. Existe aí algum mistério que temos de esclarecer. Mas temos, sobretudo, de fazer com que apareça em público quem é contra e diga por que é contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Senhor Ministro, agradeço a Vossa Excelência. Quero, apenas para complementar, dizer que estamos discutindo na Casa projeto de lei que avança exatamente nessa direção, ou seja, a criação de uma contribuição de equalização tributária, que faz exatamente isso: protege a indústria nacional, nada mais. Não cria um encargo adicional, apenas tributa também o produtor externo.

Realmente, as posições são muito conflitantes nessa área. E a oposição tem surgido. A CNI tem-se mostrado contrária a essa idéia, mas é importante a sua participação nesse debate com sugestões para aperfeiçoarmos o projeto e avançar na linha do que nos parece cristalino e transparente. Aliás, o Deputado Márcio Fortes, que aqui nos brinda com a sua presença, é um dos que, naquele debate, posicionou-se contrariamente à contribuição de equalização tributária. Seria interessante que ele se pronunciasse.

Quero passar a palavra ao Vice-Presidente, que vai registrar a presença de alguns convidados.



Da esquerda para a direita os Senhores Reginaldo Braga Arcuri, Secretário de Desenvolvimento da Produção (MDIC); Ministra Sérgio Amaral; Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Deputado Marcos Cintra, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e Turismo; Deputado Gerson Gabrielli, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e Turismo; Lytha Spíndola, Secretária de Comércio Exterior (SECEX/MDIC); Armando Meziat, Diretor do Departamento de Defesa Comercial (DECOMIMDIC); Maria da Glória Rodrigues, Secretária-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX/MDIC).

O SR: *Deputado Gerson Gabrielli* - Eu queria registrar a honrosa presença do Dr. Paulo Antonio Skaf, da ABIT - Associação Brasileira de Indústria Têxtil e de Confecção.

Quero também registrar a presença do Dr. Jorge Bonfim, Presidente da Câmara do Comércio Americana; Dr. Rubens Celestino, Diretor Executivo da Câmara de Comércio Americana.

Gostaria de passar às mãos do Ministro da Câmara do Comércio Americana para oportuno Seminário que irá realizar-se no dia 21 e 22 de novembro, em Salvador, na Bahia, sobre " Alca - Os impactos regionais e setoriais, oportunidades e ameaças".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Pela ordem, o Deputado Almeida de Jesus.

O SR: *Deputado Almeida de Jesus* - Senhor Presidente, apenas para fazer um esclarecimento. Sua Excelência não se referiu a algo que mencionei com relação à importação de petróleo, com relação ao comércio exterior. Isso preocupa-me muito, neste momento.

O SR. MINISTRO SÉRGIO AMARAL - Deputado, nas circunstâncias atuais, não há elementos para crer que tenhamos problemas de importação de petróleo, seja no que diz respeito ao abastecimento, seja no que diz respeito ao preço. Ao contrário, desde esse ataque terrorista, os preços do petróleo baixaram em relação aos preços anteriores.

E não vejo razão para crer que eles devam subir porque a economia mundial está em retração e também não há sinais - por enquanto, pelo menos, e acredito que não haverá no futuro - de que a represália da coligação de países liderados pelos Estados Unidos chegue ao ponto de agravar as tensões no Oriente Médio. Portanto, neste momento, não há razão para crer que teremos problema, seja com abastecimento, seja com preço de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Muito obrigado, Ministro Sérgio Amaral. Passo palavra ao Deputado Jurandil Juarez, depois aos Deputados Alex Canziani, Augusto Nardes e Luiz Carlos Haully.

O SR: Deputado Jurandil Juarez - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Ministro, em nome da objetividade talvez eu não devesse fazer o que pretendo, mas a audiência pública e os assuntos colocados me levam a isso. Quero até pedir desculpas ao Presidente.

Vou reproduzir uma história que ouvi do Vice-Presidente Marco Maciel. Disse Sua Excelência que estava na Europa, em reunião na embaixada - quero dizer desde logo que não era da Inglaterra -, como visitante ilustre, representando o Presidente da República, quando foi servido café. E o Embaixador teve o cuidado de dizer que o café era colombiano. Quando terminou a reunião e Sua Excelência ficou sozinho com o Embaixador, perguntou por que fizera propaganda do café colombiano. E o Embaixador respondeu que não restara alternativa, porque haviam servido um café muito ruim e ele foi obrigado a dizer que era colombiano.

É um modo de mostrar que o Itamaraty às vezes tem de dar os seus "saltos da cruz para a caldeirinha" quando se vê em circunstâncias não muito favoráveis, especialmente no caso do café que havia sido servido.

Senhor Ministro, entrando no assunto que interessa objetivamente: as políticas de comércio exterior obedecem a alguns requisitos como estabilidade, continuidade e permanência. O ministério do qual Vossa Excelência agora é titular tem história recente de instabilidade, de falta de continuidade, e o emprego de ministro tem sido de alta rotatividade. Não consigo me lembrar, mas parece-me que foram cinco ocupantes em pouco mais de dois anos. Essa atividade demanda laços permanentes que demonstram confiabilidade. Como Vossa Excelência se sente? É um ministro que está pegando o bonde andando - pelas minhas contas é o quinto - e agora tem a missão de reerguer a nossa balança comercial e alçá-la à posição de instrumento estratégico de desenvolvimento para o País?

Vou fazer todas as minhas perguntas, objetivamente, para que também possam ter respostas muito objetivas.

A segunda pergunta: dentro do discurso apresentado por Vossa Excelência, no que se refere aos entraves burocráticos, tive o cuidado de verificar que Vossa Excelência citou quatorze obstáculos à exportação, ou seja, o exportador enfrenta quatorze obstáculos. Quero dizer a Vossa Excelência que a Zona Franca de Manaus tem exatamente dezesseis barreiras para se tirar uma mercadoria do estabelecimento comercial e colocá-la dentro de um navio ou de um avião para vendê-la ao mercado externo. Nisso entram as autorizações. São dezesseis liberações que o empresário tem de fazer na Zona Franca de Manaus, além do que ele paga, entre tributos em geral, especialmente contribuições, cerca de 20%. Apesar de todas as isenções que tem a Zona Franca de Manaus, ainda são pagos 20% de tributos - a cada cinco mil reais em notas, paga-se mil reais de tributos.

Que passo será dado pelo ministério nessa nova jornada para suprimir ou retirar entraves burocráticos, considerando-se que a Zona Franca de Manaus é um dos pontos que o Governo poderia usar em sua nova política de incentivo às exportações?

Uma terceira indagação, Sr. Ministro, refere-se à substituição competitiva de importações em setores específicos. Quero falar especificamente de proposta de reequipamento e modernização da Aeronáutica, que surpreendentemente está se encaminhando para uma solução que envolve licitação internacional.

Quero fazer uma comparação com o que aconteceu com o Sirvam para importação de equipamentos destinados a sistema de radar e de proteção da região Amazônica, em que não só não houve licitação, mas a adjudicação foi feita para empresa que estava sob suspeita. Existe uma CPI nesta Casa que investiga eventual existência de tráfico de influências de pessoas ligadas ao Governo. Esse foi um assunto muito divulgado para a opinião pública há cinco anos. A comparação que quero fazer é que o Governo brasileiro importou esses equipamentos sem licitação, apesar de existirem fortes indícios de que teria havido tráfico de influência nesse caso. O Governo hoje acena para licitação internacional para a compra de equipamentos para Aeronáutica, tendo ele uma empresa como a Embraer, em condições atender, se não a todas as demandas, pelo menos a boa parte delas, sobretudo na atual situação, em que o Governo dos Estados Unidos acena com subsídios à aviação civil como forma de dar sustentação a este segmento, que passa por problemas, que já existiam anteriormente, mas que se agravaram a partir do dia 11 de setembro.

Senhor Ministro, mais ainda: com referência à desoneração das exportações, voltando à questão apresentada pelos Deputados Emerson Kapaz e Ricardo Ferraço, ou seja, especificamente à devolução do ICMS. Praticamente nenhuma empresa consegue receber os créditos de ICMS que tem. E, considerando especificamente as empresas exportadoras, aquelas que não têm como fazer compensações, essa situação se agrava. Existe uma espécie de mercado paralelo hoje que já oferece deságio de 500/0 nos créditos do ICMS.

Não sei exatamente como Vossa Excelência está pensando em entrar nesse assunto, mas há uma sugestão de que se crie um fundo de compensação interestadual que leve consigo também as vantagens hoje existentes da substituição tributária. Ela permitiria que vários estados que tivessem crédito tributário em relação a outros, de tal maneira que, principalmente as empresas que são exclusivamente exportadoras no sistema atual, pudessem compensar os seus créditos recebendo, e não entrando no mercado que às vezes, até tem característica de irregularidade, negociando crédito em situações que podem até nem ser favoráveis do ponto de vista econômico e da legalidade. Talvez para o encaminhamento dessa questão fosse necessária uma oitiva do Confaz. Talvez a criação de um fundo de compensação interestadual talvez fosse a solução, se não para todas as situações, pelo menos para as que envolvem empresas exclusivamente exportadoras.

Por fim, Sr. Ministro, estranho, na relação de projetos para promover exportação, na citação de produtos dos países prioritários, em relação ao turismo, referência específica a dois países da Comunidade Européia, apenas Reino Unido e a Alemanha, sugerindo que talvez fosse importante incluímos países em crescimento bastante significativo nos últimos anos nas relações turísticas bilaterais, como é o caso da Espanha e da França. Estranhei porque não sei se eles não são prioritários ou se é uma questão apenas de listagem.

São essas as questões. Agradeço a paciência de Vossa Excelência O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Tem a palavra o nobre Deputado Alex Canziani.

O SR: *Deputado Alex Canziani* - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Ministro, Embaixador Sérgio Amara!, muito obrigado pela sua presença. Juntamente com o Presidente desta comissão, tive a idéia de convidar Vossa Excelência até para que a primeira vinda de Vossa Excelência a esta Casa pudesse ser na comissão que está mais em contato com o seu Ministério, ou seja, a Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

Parabéns pela sua explanação e pela forma como Vossa Excelência apresenta esta questão, de vital importância para o desenvolvimento do nosso País, incentivando a exportação.

Senhor Ministro, tenho o privilégio de ser o Presidente da Subcomissão de Turismo desta Comissão. Confesso que quando foi noticiado que Vossa Excelência iria assumir o Ministério, o segmento do turismo comemorou. Sabemos da grande afeição que Vossa Excelência tem por essa área e do grande trabalho que tem feito ao longo da sua carreira como Embaixador, especificamente na Inglaterra.

Lembro-me de reunião que tivemos com o Presidente da Embratur, Caio de Carvalho, poucos dias depois de ter sido noticiada sua indicação para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Todos ficamos entusiasmados, porque com certeza teríamos ações voltadas para a viabilização de oportunidades na área de turismo no País. O turismo funciona de maneira diferente: a importação é que gera dólares em nosso País. E o Brasil, dada sua extensão territorial e as maravilhas que possui, tem muito a crescer na área do turismo. No entanto, problemas de pequenas proporções acabam por influir negativamente na vinda de novos turistas para o País.

Outro dia, numa reunião da ABA V com o Fórum de Secretários Municipais, mencionou-se a democracia de nossos portos, o que acaba por dificultar a entrada de navios e, por vezes, a inviabilizar o aumento do número de navios que aportam na costa brasileira. Muitas vezes, a própria liberação de visto para entrada de estrangeiro no País é demorada, difícil. É grande empecilho até para que mais brasileiros cheguem ao Brasil.

Gostaria de saber de Vossa Excelência, especificamente no tocante à área de turismo, que ações se pretende implementar?

A Subcomissão de Turismo e, com certeza, a Comissão de Economia, Indústria e Comércio, enfim, o Parlamento brasileiro como um todo será forte aliado de Vossa Excelência no que diz respeito a incrementar o turismo em nosso País.

Parece que a França é o país que mais recebe turistas no mundo. Tenho uma idéia, Sr. Ministro. Na verdade, não é minha. Um amigo de São Paulo fez essa sugestão, que me pareceu interessante. É a seguinte: poderíamos criar na França a Maison du Brésil local em que anualmente poderiam ser expostos vários produtos brasileiros e cada Estado poderia mostrar sua cultura, sua arte, seus produtos, sua culinária também. Seria uma maneira de recebermos visitantes. Mais de 70 milhões de turistas visitam a França anualmente, por exemplo, como ele propõe, que mais de 70 milhões de turistas estão indo lá anualmente. Ter o Brasil espaço como este naquele País seria a oportunidade de os turistas conhecerem as peculiaridades de cada Estado brasileiro.

Deputado Jurandil Juarez, Vossa Excelência é membro atuante da Subcomissão de Turismo. As crianças poderiam desenvolver atividades ali também. Em contrapartida, desde pequenas saberiam que é o Brasil. E elas estimulariam seus próprios pais. Sabemos que as crianças são grandes indutoras. Durante as férias escolares, escolhem o país ou região que seus pais devem visitar.

Acho esta uma idéia interessante. Gostaria de saber de como Vossa Excelência, até pela experiência que tem como embaixador, vê essa questão.

Senhor Ministro, parece-me que quando Vossa Excelência assumiu o Ministério o Orçamento já estava nesta Casa. Portanto, nele pouco pôde interferir, com base nas ações que pretende desenvolver frente ao Ministério.

Reafirmo: a Comissão de Economia, Indústria e Comércio é parceira de Vossa Excelência nessa questão. Temos prazo até dia 25 para apresentar emendas individuais e de bancada, mas há também as da Comissão. Portanto, se Vossa Excelência puder colocar sua equipe em contato conosco teremos todo o interesse em incluir recursos para que Vossa Excelência dê início às que pretende implementar. Efetivamente podemos fazer isto, por

intermédio desta comissão e também por meio do acompanhamento, que nos cabe fazer, da Comissão de Orçamento, que está discutindo na Câmara dos Deputados.

Parabenizo Vossa Excelência. Fiquei realmente muito satisfeito com suas explicações.

No tocante à exportação, temos de ser mais pró-ativos, fazer com que mais empresas exportem. Apenas quinhentas são responsáveis por 80% do que é exportado. Muitas vezes, o micro ou pequeno empresário, embora tendo produto de boa qualidade a oferecer, acredita que não vai conseguir exportá-lo, tendo em vista a enorme burocracia.

Acredito que com Vossa Excelência, com a competência e a seriedade que tem, sem dúvida alguma o Brasil vai poder aumentar cada vez mais suas exportações e, conseqüentemente, gerar mais empregos e mais oportunidades no País.

Muito obrigado por sua presença. Espero que Vossa Excelência se manifeste com relação às questões que apresentamos.

o SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) - Deputado Augusto Nardes.

O SR: *Deputado Augusto Nardes* - Sr. Ministro, Embaixador Sérgio Amara!, em primeiro lugar quero-lhe cumprimentar pelas notícias que recebemos e pelas prioridades que estão sendo estabelecidas por seu Ministério. Estive vendo o material que nos foi distribuído e o achei bastante importante, porque estabelece prioridades para a promoção comercial. O Brasil precisa ser mais promovido, realmente. Concordamos. Boa parte de nossa produção ou depende da agricultura ou está interligada com a agricultura. E há muitos anos vimos trabalhando pelo estabelecimento de adidos agrícolas nas embaixadas brasileiras, nas capitais mundiais mais importantes: Paris, Pequim, Tóquio, enfim, a fim de que possamos ter uma política direcionada. É excelente o trabalho do Itamaraty na área de relações públicas, mas na área comercial deixa margem a reclamações - Vossa Excelência conhece este órgão melhor do que eu. Nós as temos recebido de alguns segmentos da atividade comercial, especialmente de setores ligados à agricultura. Faltam informações. Eu mesmo senti isso quando me direcionei para o exterior, em busca de informações mais precisas sobre nossa agricultura. Não há conhecimento adequado, não há pessoas treinadas e especializadas. O senhor mesmo disse que acabou procurando técnicos na Inglaterra.

Vossa Excelência fez e faz um bom trabalho nessa área, mas gostaríamos que atuasse em conjunto com todos os setores envolvidos. Sinto que alguns deles estão mais organizados.

Recentemente, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil lançou em Paris a Tex Brasil, o que repercutiu internacionalmente. Em relação a isso, a ABIT está fazendo um bom trabalho - está aqui seu Presidente, Dr. Paulo Antonio Skaf, que se tem destacado.

Analisei a evolução da área têxtil. Saímos de uma balança negativa em 97 em mais de um bilhão de dólares para um superávit, este ano, de mais de 108 milhões.

Segundo nosso entendimento, Sr. Ministro, é preciso organizar para o setor agrícola algo semelhante ao que fez o setor têxtil para vender a moda brasileira: lançou-se o Prêmio ABIT, espécie de Oscar da moda brasileira. Inclusive quero dizer a Vossa Excelência que quando eu integrava a Frente Parlamentar da Agricultura tentou-se criar o Instituto Nacional do Desenvolvimento do Agro-negócio. Não se conseguiu. Nossa idéia é realizar um grande debate entre Congresso Nacional e Governo, para, num esforço conjunto dos Ministérios da Agricultura, Economia e o das Relações Exteriores, organizar a questão internamente.

Pergunto a Vossa Excelência: para que possamos ter essa organização interna, qual a forma mais adequada? Criar adidos agrícolas? Colocar nas embaixadas pessoas especializadas? Organizar os setores da maneira como fez a ABIT, para vender os produtos brasileiros lá fora? O que Vossa Excelência entende melhor? Sei que está sendo feito um trabalho de promoção, o que é importante. O Ministério estabeleceu prioridades, mas qual a forma de intermediar isso? Por meio de entidades, mediante interação entre os Ministérios? Como fortalecer esse segmento, para aumentar nossas exportações?

Era o que tinha a dizer, Sr. Ministro.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Senhor Ministro, concorda Vossa Excelência em ouvir indagações de quatro Parlamentares?

O SR. MINISTRO SÉRGIO AMARAL - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Com a palavra então o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR: *Deputado Luiz Carlos Hauly* - Senhor Presidente, Sr. Ministro Sra. Secretária Sr. Diretor de Departamento Sras. e Srs. Parlamentares não pude deixar de participar desta audiência pública, de grande importância, pois se discute o tema: "Incentivo às Exportações até porque tenho atuado e militado nessa área há alguns anos (importação exportação reforma tributária, desoneração do setor produtivo desoneração dos trabalhadores da massa de consumidores).

Quero deixar bem definida minha posição. A questão tributária no Brasil não se resolveu porque o Governo não tem a concepção de projeto que deseja. A Comissão de Reforma Tributária tem projeto aprova- dot pronto para ir a plenário. A área econômica do Governo e o Secretário Everardo Maciel não concordam com o ele e esse tem sido um obstáculo intransponível para o Parlamento.

Quero ponderar com Vossa Excelência e sua equipe que está toda aqui bem assim com os demais companheiros o seguinte: Diante do que aprovamos na Comissão de Reforma Tributária, não pode permanecer aquele texto. No final do ano passado rompi com o texto principalmente considerando a possibilidade de integração econômica do Brasil com a Alca e a União Européia. Não temos de reinventar a roda, nada. Temos de encontrar uma harmonização tributária com os países desenvolvidos.

No Brasil apenas cerca de 18% da arrecadação do PIB de 32%t provêm do Imposto de Renda. Na maioria dos países desenvolvidos, mais da metade da arrecadação provém do imposto de renda, tributação direta, progressiva, objetiva. Aqui quanto mais regressivo maior a punição para as empresas e para os consumidores finais. Milhões de brasileiros de baixa renda poderiam ter aumentado seu poder de compra se a tributação se os cerca de 31 % do PIB fossem alcançados de forma progressiva não de maneira regressiva. E o grande objetivo é desonerar a empresa brasileira nos mesmos termos da desoneração das empresas americanas canadenses inglesas, francesas.

Por que digo isso? No Brasil. além dos problemas de mercado que a empresa enfrenta (qualidade. produto preço). o mesmo no mundo inteiro, ela pode vir a falecer também em virtude da tributação. Se ela é mais esperta, tem incentivo fiscal e faz planejamento fiscal. E. sendo esperta, demanda contra o Erário municipal, estadual, federal. É a elisão. Por outro lado, aquele que não pode ou pode mais, sonega

Parece-me que o grande caminho é analisar a legislação dos 15 países mais desenvolvidos, a fim de conhecer o tipo de tributação que seguem. E, ainda mais, o Brasil deve ter carga tributária menor que a deles.

A respeito da CPMF, dela necessitamos para ter o desenho do controle da movimentação financeira.

Sou a favor de manter o Imposto de Importação e de Exportação regulatório, Imposto de Renda forte, Imposto sobre Vendas a Varejo, Imposto Seletivo, contribuição previdenciária e o Imposto sobre Propriedade, em resumo.

Senhor Ministro, a respeito da substituição de importação, Vossa Excelência está correto: a política de incentivo à exportação está sendo bem- feita; está sendo feito de tudo para aumentar a exportação. O Brasil precisa aumentar sua exportação para melhorar sua balança comercial e, conseqüentemente, sua balança de pagamentos. Se fizermos um programa vigoroso de substituição de importação, podemos aumentar o superávit brasileiro em muito, em alguns bilhões de dólares.

Em minuta que entreguei a Vossa Excelência, falo de projeto em que dei entrada. A proposição trata de mercadorias que há mais de cinco anos vêm sendo sistematicamente importadas pelo Brasil. O próprio imposto de importação, como o *funding*, poderia ser concedido para que empresas montassem sua unidade produtiva no Brasil, com dilatação do prazo de pagamento do imposto de importação. Não é uma doação, não é uma desoneração, é simplesmente uma dilatação de prazo.

E eu iria mais, até a área creditícia. Fazendo a análise da conjuntura mundial que temos hoje, com a iminência de guerra mundial, de conflito generalizado, o direito de ir e vir já está sendo prejudicado. Daqui a pouco, o ir e vir das mercadorias também estará prejudicado. Se cessarem as importações de insumos agroquímicos, de fertilizantes e de uma série de outros insumos da indústria, o Brasil, em primeiro lugar, não vai produzir agricultura. Não temos uma política e um plano de segurança alimentar, porque nossos produtos agrícolas dependem do mata-mato e desses herbicidas; não temos auto-suficiência no Brasil, sem contar outros insumos importados.

Portanto, precisamos de uma política vigorosa de substituição de importação e de uma política de seção alimentar. Acho que essa proposta pode casar com a emergência que há neste momento. Temos essa política rígida, que não é desenvolvimentista e não tem briga nenhuma. A questão é de interesse de o Brasil ter o máximo de produtos, mercadorias ou bens produzidos no País, o que poderia levar a um superávit na balança comercial e ajudar na balança de pagamento.

Eram as considerações que tinha a fazer.

O SR: Deputado Gerson Gabrielli - Senhor Presidente, rapidamente quero sublinhar o que o nosso Deputado Haúly falou.

Deputado Hauly, temos aqui seguidamente discutido o Mercosul e a Alca. O sentimento dos parlamentares que se têm debruçado sobre esse tema grassa na expectativa de uma posição firme do Governo brasileiro em relação ao Mercosul, posição esta que está sendo revista. Há uma Corrente que acredita que a Alca tem coisas boas e coisas ruins. A Alca pode, quem sabe, obrigar o Brasil, compulsoriamente, a rever sua estrutura tributária, fiscal e de juros, para poder se integrar aos mercados. Há outra corrente que discute aqui no Parlamento que, com a atual estrutura educacional, produtiva e social do Brasil poderemos ficar reféns exatamente de uma estrutura mais presa aos Estados Unidos, monetarista.

Essa discussão é rica. Creio, Deputado Hauly, que, em nome do Dr. Jorge Bonfim e Dr. Reuber Celestino, esse tema será muito abordado no seminário que ocorrerá na Bahia, que sempre acolhe bem, com acarajé, abará e outras iguarias. Gostaria de contar com sua presença, para que enriqueça o seminário dando sua opinião sobre a Alca

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Passo a palavra ao Deputado Osmar Terra.

O SR: Deputado Osmar Terra - Senhor Presidente, Sr. Ministro, Embaixador Sérgio Amaral, gostaria de fazer breve consideração, em primeiro lugar, cumprimentando o Ministro Sérgio Amara! e o Governo Federal pela política que estão conduzindo nessa área e na área da exportação.

Venho de um estado extremamente beneficiado por essa política. O Rio Grande do Sul é exportador e tem sido tremendamente beneficiado, até mesmo pela separação da política de âncora cambial que envolve o dólar e o real. Hoje, podemos dizer que é um estado em que está crescendo a oferta de empregos, como há muitos anos não acontecia. Nos últimos anos, em relação ao primeiro semestre do ano passado, entraram no mercado de trabalho 110 mil novos atores. Foram oferecidas 160 mil novas vagas de emprego. Diminuiu-se o desemprego numa taxa surpreendente, graças às políticas que estão sendo realizadas e a essa separação do dólar e do real no momento adequado, somando-se isso à decisão do Ministro de estimular a exportação. O Rio Grande do Sul exporta calçados numa escala gigantesca e ainda é beneficiado pelo programa do BNDES Modem Frota. A produção industrial do Estado aumentou 300/0 na área das máquinas agrícolas, o que também é fruto do melhor preço da soja. Toda essa política está interligada e traz benefício importante para o Rio Grande e certamente para o Brasil.

Quero ouvir de sua parte, Ministro, um exercício de futurologia em relação a essa crise internacional gerada pelos atentados em Nova Iorque. O que o Governo está pensando em termos de previsão de orientação, no sentido da flutuação do preço do petróleo, da flutuação cambial, da diminuição dos investimentos que podem ocorrer em função dessa crise? Quais são os caminhos e o que já se pode ver no horizonte de possibilidades para garantir que essas políticas sejam ampliadas, como é desejo do Governo e nosso também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Agradeço ao Deputado Osmar Terra os comentários.

Passo a palavra ao Ministro Sérgio Amaral, para responder às indagações dos Srs. Parlamentares e fazer suas considerações finais.



Da esquerda para a direita os Senhores Reginaldo Braga Arcuri, Secretário de Desenvolvimento da Produção (MDIC); Ministro Sérgio Amaral; Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Dep. Marcos Cintra Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo (CEICT)

O SR. MINISTRO SÉRGIO AMARAL - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de tentar responder as perguntas que me foram feitas. A primeira delas, certamente a do Deputado Jurandil Juarez, com forte conotação pessoal. Sua Excelência perguntou como eu me sentia diante da rotatividade muito alta dos Ministros do Desenvolvimento.

Deputado Jurandil, quero dizer que me sinto com relativa tranquilidade. Todos os Ministros estiveram em geral por um período de 15 a 20 meses. Como só tenho 12 meses de gestão, tenho boa chance de completar meu mandato. Vejo com certa tranquilidade esse desafio.

Gostaria de mencionar também outra questão muito importante sobre a Zona Franca de Manaus. A Suframa é um dos órgãos do Ministério. Tenho participado de várias discussões sobre essa autarquia, e vejo com satisfação que a Zona Franca vai caminhando a passos rápidos no sentido do equilíbrio do seu balanço comercial, o que é muito bom para o País e certamente contribui para atenuar muitas das restrições que existem em relação à Zona Franca. Sei que quanto a ela também há muito a ser feito na área de desburocratização. Ela certamente fará parte desse esforço mais amplo que estamos fazendo.

Vossa Excelência levantou um ponto muito interessante que diz respeito à licitação para reequipamento da Aeronáutica. A licitação é inevitável no serviço público, é inevitável para o Governo, a menos em circunstâncias muito excepcionais, porque é preciso termos elementos de comparabilidade no que diz respeito a custo, a qualidade.

Entretanto, segundo entendo - e essa é uma afirmação do próprio Presidente da República -, no caso do reequipamento da Aeronáutica, um quesito fundamental será o de transferência de tecnologia. Portanto, acho que nessa questão, sem dúvida, a Embraer começa com uma vantagem comparativa, mas é preciso mostrar que ela também tem comparabilidade em relação aos outros itens.

Gostei muito da idéia do fundo de compensação para o ICMS. Confesso que não o conhecia. Acho a idéia interessante. Precisaria examiná-la um pouco melhor, porque não sei se ela atende inteiramente à questão. Sempre haverá alguns estados que são mais exportadores do que os outros e, portanto, teriam essa compensação. Acho que ela começa com certo desequilíbrio, mas gostaria de aprofundar o exame, porque temos de resolver o problema do ICMS. Vou examinar com atenção, porque pode ser um caminho importante.

Várias perguntas dizem respeito aos critérios para esse programa prioritário de exportações. A questão é que temos de começar um esforço agressivo, e não se faz algo agressivo senão escolhendo prioridades. Isso não quer dizer que os outros produtos ou os outros países não continuarão a receber tratamento adequado por parte dos órgãos de comércio exterior, mas apenas que estes vão receber tratamento prioritário num estágio inicial, sem prejudicar o que se faz em outras áreas, porém com o objetivo de estender pouco a pouco essas experiências prioritárias e piloto aos demais produtos e países.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer ao Deputado Alex Canziani o convite a mim feito e a oportunidade de participar deste proveitoso debate, assim como às referências elogiosas a meu respeito. Compartilhamos de uma mesma predileção, acredito que de uma mesma obsessão: o turismo. As oportunidades nesse setor, para mim, não estão sendo inteiramente aproveitadas, se considerarmos os enormes investimentos feitos na área de infra-estrutura, como o Prodetur I e II no Nordeste, que somam 1 bilhão e 600 milhões de reais, o Proecotur na Amazônia e, em breve, no Pantanal.

O setor privado investiu 6 bilhões de dólares em hotéis, parques temáticos e outros investimentos privados. A Embratur tem feito treinamentos. Portanto, o que está faltando? Duas coisas: profunda desburocratização do turismo e campanhas de publicidade.

Quanto à desburocratização, esta vai desde a emissão de vistos - em alguns casos, devemos substituí-los por cartão de turista, como ocorre na maioria dos países com grande fluxo turístico - à burocracia de aeroportos e às intermináveis taxas, comissões e complicações que criamos, quando na verdade deveríamos facilitar.

Em alguns casos, falta também segurança, condição fundamental. O turista cada vez mais quer ir para lugares tranquilos, com bom serviço e total segurança. No entanto, algumas cidades ou capitais não atendem ao turista nesse requisito. Mas esse não é o maior problema das grandes regiões turísticas que se estão abrindo hoje.

É bom que se diga que promoção significa ato continuado, e não somente promover campanhas espetaculares uma vez e depois sumir por cinco anos. Necessitamos de continuidade, de presença e sobretudo de apoio ao turismo. Não adianta fazer campanha se aquele que se mobiliza não coloca à disposição do turista um número de telefone para o qual ele possa ligar e dizer: "Eu gostei". ou "Como faço para ir ao Brasil? Com quem eu converso? Quais são os requisitos?" Isso reforça a importância, a meu ver, da abertura do escritório de turismo na embaixada, o primeiro e único escritório de turismo brasileiro no exterior, fruto da experiência que tive em Londres e que me deixou mais satisfeito.

Temos de andar rápido - o Ministro quer fazer isso -, porque esse escritório terá condição de responder às indagações das operadoras.

Outro ponto. Faz-se necessário o acesso a informações adequadas. Por isso, abrimos *site* em inglês, atualmente considerado o melhor em termos de turismo brasileiro. É preciso dar informações a quem quer viajar. Não adianta apenas mobilizá-las para viajar, elas precisam ter um interlocutor e condições para tanto.

Achei muito interessante a idéia da Casa do Brasil. Na verdade, estávamos pensando em algo parecido. O que queremos promover no exterior? Queremos promover a cachaça, o vinho brasileiro, a carne, as frutas, o café, a música e o turismo. Qual é o melhor *show-room* da agroindústria? Um restaurante. Por conseguinte, estivemos entusiasmando os exportadores desses diferentes produtos e encontramos parceiros para essa empreitada na Inglaterra.

Portanto, temos de fazer agora é um esforço de qualidade. Não podemos nos concentrar apenas em exportar produto não-diferenciado, exportar *commodities*; temos de exportar coisas de prestígio e de sofisticação, porque elas fazem a imagem do produto. E para o setor da agro-indústria a idéia de ter *show-rooms*, como restaurantes e Casas do Brasil, é extremamente importante.

Agradeço ao Deputado Augusto Nardes os comentários feitos sobre a questão da promoção. Sou muito favorável à figura do adido agrícola, figura que, na verdade, está implícita nesse programa sob dois nomes. Quando falamos em questões fitossanitárias, estamos pensando em algumas embaixadas. Foi pedido do Ministro Pratini de Moraes que se contratassem especialistas em questões fitossanitárias, para permanentemente discutirem esses assuntos, de forma preventiva, com funcionários do governo local.

Outra idéia que considero muito interessante é o que estamos chamando de estágios comerciais. Trata-se de idéia bastante inovadora em relação às práticas do Itamaraty - e o Ministro Celso Lafer a apoiou.

Muito bem termos nas embaixadas o que os ingleses chamam de *se-condment*, qual seja a possibilidade de o empresário passar duas, três, quatro semanas trabalhando na embaixada. Se o empresário quiser entrar no mercado, ele receberá apoio da embaixada e terá lugar de operação. Ela aprenderá como o setor funciona e ele terá todo o apoio que uma embaixada deve dar, desde contatos, *marketing* à capacidade de contratar pessoas especializadas para fazer o que for preciso. Esse é um serviço que já está sendo oferecido aos projetos da Apec.

Qual é o melhor caminho? Acho que não há receita única. É preciso cuidadosa preparação, no Brasil, da cadeia produtiva e apoio local. Isso, em alguns casos, vai requerer um consultor; em outros, um estágio; em outros ainda, pessoal treinado para feiras e exposições. Cada local apresenta situação diferente, mas é preciso que tenhamos essas duas pontas, uma de apoio ao produtor, para ele se preparar e exportar, outra de apoio no exterior para que ele penetre no mercado.

Deputado Luiz Carlos Hauly, voltemos à questão da reforma tributária, da qual, na verdade, não podemos fugir. Ainda que possa parecer pouco realista, com pouco mais de um ano de governo retomamos essa questão. Não conseguimos avançar tanto quanto gostaríamos, embora tenhamos progredido em outras seis, mas ela torna-se cada vez mais premente, por duas razões. A primeira: estamos assistindo a uma desaceleração da economia mundial. O Brasil está crescendo mais do que a média e vai continuar crescendo, mas temos de proteger nossas empresas e nossos empregos. Para isso, temos de atacar questões tópicas, específicas, que retirem a carga de quem produz, ou pensar numa reforma mais ambiciosa, já sabendo que não há condição de se fazer tudo de imediato, tão-somente preparar um horizonte. Isso, sobretudo, é o que precisamos para a estabilidade da moeda ou a confiança dos investidores.

A segunda razão: vamos ter uma série de tentativas para fazer avançarem importantes negociações que são fundamentais para removermos as barreiras dos nossos produtos, seja na OMC, na União Européia, seja na Alca. O setor privado, via de regra, a meu ver, está tímido. Mas por quê? Como ele vai concorrer, se temos carga tributária muito maior que a de outros países? Esse argumento é verdadeiro. Entretanto, isso não deve levar à conclusão de que se pode negociar. Esse argumento deve promover a seguinte afirmação: "Há que se fazer a reforma e negociar". Se não negociarmos, perderemos duas vezes. Primeiro, a chance de abrir mercado; segundo, a possibilidade de fazer a reforma tributária. Se dissermos que vamos negociar e fazer a reforma tributária, teremos argumento adicional de urgência para adotar algumas iniciativas que venham permitir uma desoneração mais ampla de quem produz e exporta.

Finalmente, a questão levantada pelo Deputado Osmar Terra me faz retomar à viagem recente que fiz ao Rio Grande do Sul e à forte impressão que tive do empresário gaúcho, que merece os cumprimentos de todos, porque aquele Estado é o segundo em exportação. Sua forma de exportação é muito boa para o País, porque vai alargando o volume exportador. São médios empresários, muito competitivos, que produzem resultados impressionantes em certas áreas, inclusive com investimento no exterior.

Sua última questão, no entanto, demandaria longa discussão. Apenas esbocei o assunto em minha apresentação, mas certamente ele é motivo de grande preocupação para todos nós. Não adianta sermos competitivos e termos o produto se não temos o mercado.

Realmente, nos últimos meses, tomou conta do mundo inteiro uma certa apreensão quanto aos rumos da economia mundial. Por um lado, existe claramente razão para essa apreensão. Como cheguei a mencionar, a perda de ativos nos Estados Unidos foi algo

correspondente a três quartos do produto norte-americano. Por outro lado, também é verdade que existe uma política deliberada e concertada dos principais países desenvolvidos, o G- 7, de praticar verdadeira política Keynesiana. A isenção de tributos nos Estados Unidos, somada à injeção de recursos seja no setor de aviação, seja no setor agrícola ou em

outros setores da economia já é hoje algo superior a 2% do PIB, ou seja, maior do que 200 bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, os bancos centrais estão reduzindo cada vez mais as taxas de juros. Tudo isso contribui para maior liquidez e para encurtar o período em que vamos ter uma economia estagnada.

Hoje, a maioria dos analistas acredita que no primeiro trimestre do ano que vem já vamos poder sentir uma retomada, um começo do processo de reativação da economia. Se assim for, acredito que vamos ter ainda alguns meses de dificuldades. Porém, o mais importante é a luz no fim do túnel, a perspectiva de que, no ano que vem, a economia poderá crescer bastante mais do que neste ano. Com isso, certamente será possível dar impulso às nossas importações e ao nosso crescimento, que, no ano que vem, ao que tudo indica - e assim espero - será bem maior do que neste ano.

Senhor Presidente, Sr. Vice-Presidente, agradeço a Vossas Excelências o convite para estar presente nesta comissão, que de todas do Congresso é a mais importante, porque aqui se discutem os temas de meu ministério. Fico muito satisfeito com este diálogo e sobretudo com os convites e oferecimentos muito generosos para uma parceria que aceito e agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Muito obrigado, Sr. Ministro Sérgio Amaral. Agradeço a Vossa Excelência a presença. Nós, da comissão, colocamo-nos desde já à sua disposição para o encaminhamento desses projetos de crucial importância para nosso País. Parabéns Vossa Excelência pela coragem de assumir tão importante responsabilidade, pela disposição e sobretudo pela maneira lógica, clara, concatenada e organizada com que tenta reorganizar e recolocar no centro das preocupações econômicas do País a prioridade exportadora.

Senhor Ministro, Vossa Excelência está de parabéns. Conte conosco, porque essa é uma luta de todos nós. Vossa Excelência certamente saberá conduzir essa luta e nos transformar em soldados dessa causa que o País inteiro está hoje desejoso de realizar.

Parabéns. Muito obrigado, Sr. Ministro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

